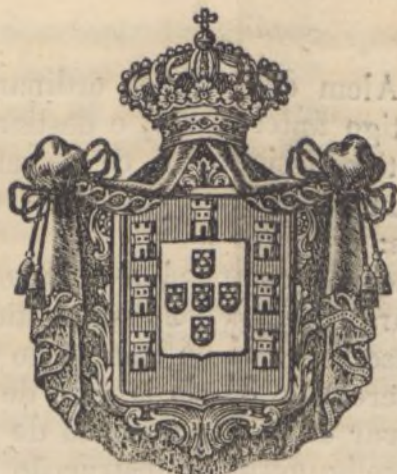


ASSIGNATURAS

Por um anno.....	10\$000
Por seis meses.....	5\$600
Por tres mezes.....	3\$000
Avulso por folha.....	\$040
Anuncios, por linha.....	\$060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.



ASSIGNATURAS

Por um anno.....	12\$000
Por seis mezes.....	6\$600
Por tres mezes.....	3\$600
Comunicados e correspondencias, por linha.....	\$060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importância das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECCÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO POLITICA

2.ª Repartição

Tendo Sua Magestade El-Rei resolvido assistir á festividade do Santissimo Coração de Jesus, que ha de celebrarse na igreja do convento das religiosas da Estrella pelas onze horas da manhã do dia 15 de junho corrente: assim se annuncia, em conformidade do decreto de 8 de novembro de 1843, aos titulares e mais pessoas que formam a corte, para n'aquelle dia, e á hora indicada, se acharem na sobredita igreja, a fim de acompanharem o mesmo augusto senhor na referida solemnidade.

Paço das Necessidades, em 11 de junho de 1860.
—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Sendo obrigados todos os gran-cruzes, e commendadores das tres ordens militares de Christo, Aviz e Sant'Iago, a assistir á festividade do Santissimo Coração de Jesus, que ha de celebrarse na igreja do convento das religiosas da Estrella no dia 15 de junho corrente, pelas onze horas da manhã: assim se annuncia aos mesmos gran-cruzes e commendadores para n'aquelle dia, e á hora indicada, se acharem, como lhes cumpre, na sobredita igreja, onde lhes serão distribuidos os logares que lhes competirem pela pessoa que Sua Magestade El-Rei se dignar de nomear para exercer as funções de mestre de ceremonias.

Paço das Necessidades, em 11 de junho de 1860.
—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

DIRECCÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA

3.ª Repartição

Tomando em consideração a urgente necessidade de prover á melhor distribuição do ensino nos lyceus nacionaes, e á boa ordem e regularidade dos estudos e exercicios escolares, á manutenção da disciplina, e á pontualidade do serviço litterario e economico nos estabelecimentos publicos de instrução secundaria; e tendo em vista a consulta do conselho geral de instrução publica de 29 de março proximo passado: hei por bem, usando da autorização concedida pelos artigos 80.º e 165.º do decreto, com sancção legislativa, de 20 de setembro de 1844, decretar o regulamento para os lyceus nacionaes, que baixa assignado com este decreto pelo conselheiro Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, que assim o terá entendido e fará executar.

Paço das Necessidades, em 10 de abril de 1860.
—REI.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Regulamento para os lyceus nacionaes

SECÇÃO I

DO ENSINO NOS LYCEUS

CAPITULO I

PLANO DE ESTUDOS DOS LYCEUS

Artigo 1.º Os lyceus dividem-se para todas as disposições contidas no presente regulamento em lyceus de primeira e lyceus de segunda classe. São considerados de primeira classe os lyceus de Lisboa, Coimbra, Porto, Braga e Evora. (Artigo 57.º do decreto de 20 de setembro de 1844 e artigo 2.º da carta de lei de 12 de junho de 1849.)

Art. 2.º O curso geral dos lyceus comprehende as seguintes disciplinas:

- 1.ª Grammatica e lingua portugueza;
- 2.ª Grammatica latina e latindade;
- 3.ª Lingua franceza;
- 4.ª Lingua ingleza;
- 5.ª Mathematica elemental, comprehendendo a arithmetica, a algebra até ás equações do 2.º grau a uma incognita, a geometria synthetica, os principios da trigonometria plana—geographia mathematica;
- 6.ª Chimica e physica elementares—introdução á historia natural dos tres reinos;
- 7.ª Philosophia racional e moral, e principios de direito natural;
- 8.ª Oratoria, poetica, e litteratura, especialmente a portugueza.
- 9.ª Historia, chronologia, e geographia;
- 10.ª Desenho linear.

Art. 3.º Estas disciplinas serão professadas nos lyceus de primeira classe por oito professores proprietarios e tres substitutos. (Artigo 58.º do decreto de 20 de setembro de 1844 e carta de lei de 12 de agosto de 1854, artigos 1.º, 2.º e 5.º)

§ unico. Os substitutos serão encarregados de uma parte do ensino das disciplinas, que professam, pelo modo que se acha disposto no artigo 4.º do presente regulamento. (Artigo 170.º do decreto de 20 de setembro de 1844.)

Art. 4.º O curso geral dos lyceus durará cinco annos, sendo os estudos distribuidos do modo seguinte:

1.º ANNO	DIAS DE AULA POR SEMANA
Grammatica portugueza, leitura e analyse grammatical dos auctores portuguezes. (Professor de portuguez).....	3
Grammatica latina. (Substituto do latim) Geographia e historia elemental. (Substituto de historia).....	2
Grammatica franceza, leitura, e primeiros exercicios de traducção. (Professor de francez).....	2
Desenho linear.....	2
2.º ANNO	10
Leitura de prosadores e poetas portuguezes, analyse grammatical. (Professor de portuguez).....	2
Traducção de latim, analyse e exercicios grammaticaes. (Professor de latim).....	3
Arithmetica, as quatro operações em numeros inteiros e fraccionarios. (Professor de mathematica).....	1

Leitura, traducção e composição franceza. (Professor de francez).....

Desenho linear.....

3.º ANNO

Leitura de prosadores e poetas portuguezes. (Professor de portuguez).....

Recitação de prosadores e poetas portuguezes, analyse de estylo. (Substituto de historia).....

Traducção e composição latina, antiguidades romanas. (O necessario para a intelligencia dos auctores.) (Professor de latim).....

Arithmetica, noções de geometria plana e suas applicações usuas. (Professor de mathematica).....

Grammatica ingleza, primeiros exercicios de leitura e traducção. (Professor de inglez).....

Desenho linear.....

4.º ANNO

Mathematica elemental. (Professor de mathematica).....

Philosophia racional e moral, principios de direito natural. (Professor de philosophia).....

Leitura e traducção ingleza. (Professor de inglez).....

Principios elementares de physica e chimica.....

5.º ANNO

Oratoria e poetica.....

Historia e geographia, e especialmente a de Portugal e suas colonias.....

Physica e chimica elementares, introdução á historia natural dos tres reinos.....

12

§ unico. Nos lyceus em que houver cadeira de grego, esta disciplina considerase-ha como fazendo parte do curso geral desses lyceus, e será obrigatória para os alumnos que quizerem completar este curso. O grego será professado no terceiro e quarto annos.

Art. 5.º As aulas durarão duas horas.

Art. 6.º Nos lyceus em que, em virtude dos artigos 48.º e 49.º do decreto de 20 de setembro de 1844, se ensinam outras disciplinas, alem das que constituem o curso geral dos lyceus, essas disciplinas, sempre for possível, serão professadas de modo que os alumnos as possam frequentar dentro dos cinco annos que dura o curso geral da instrução secundaria.

§ unico. A ordem dos estudos das disciplinas que formam o curso dos lyceus não poderá contudo ser alterada, nem o numero de horas de aula deverá exceder o de seis por dia.

Art. 7.º O governo fará applicar, quanto for possível, aos lyceus de segunda classe as disposições do presente regulamento.

CAPITULO II

DA ADMISSÃO DOS ALUMNOS

Art. 8.º Haverá nos lyceus alumnos de duas classes: ordinarios e voluntarios. (Decreto citado no artigo 66.º)

Art. 9.º Para ser admitto n'um lyceu, em qualquer d'estas duas classes, é indispensavel requerer a admissão ao reitor d'esse lyceu; provar por certidões ter pelo menos dez annos de idade, e haver obtido approvação das disciplinas que constituem o primeiro grau de instrução primaria, em exame feito em algum dos lyceus do reino.

§ 1.º Todos os annos o conselho geral de instrução publica redigirá um programma desenvolvimento das materias que devem ser objecto d'este exame de instrução primaria, e do systema por que elle deve ser feito.

§ 2.º São dispensados do exame da doutrina christã os estrangeiros não naturalizados, que professam outra crença religiosa, que não seja a catholica apostolica romana.

Art. 10.º Os alumnos ordinarios são obrigados a seguir o curso geral dos lyceus, pela ordem e systema de ensino estabelecido no presente regulamento.

§ unico. Só poderão ser inscriptos como ordinarios, em qualquer anno, os alumnos que tiverem sido approvados em todas as disciplinas do anno anterior.

Art. 11.º Aos alumnos voluntarios é permitido seguir, no estudo das disciplinas dos lyceus, a ordem que lhes convier. Para serem admittoes a exame das aulas que frequentarem regularmente deverão satisfazer ás condições impostas no artigo 38.º do presente regulamento.

Art. 12.º Para ser considerado alumno de um lyceu, quer ordinario, quer voluntario, é necessario estar inscripto no livro de matriculas, que para esse fim deve haver em todos os estabelecimentos d'esta ordem.

§ unico. Para esta inscripção pagam os alumnos ordinarios por cada anno 960 réis. (Decreto citado no artigo 67.º)

Art. 13.º Os alumnos voluntarios são matriculados gratuitamente, e obrigados a todos os exercicios escolares nas aulas que frequentarem, como se fossem ordinarios.

Art. 14.º Os termos das matriculas, feitos em livro para esse fim destinado, devem declarar o nome, idade, filiação, naturalidade, data da admissão, classe a que pertence o alumno, e anno ou aulas que frequentar, assim como a morada de seus paes, tutores ou pessoas a quem esteja confiada a sua educação.

§ unico. Este termo deve ser assignado pelo alumno, e pelo chefe de familia, ou tutor do alumno.

Art. 15.º Os alumnos que houverem estudado em qualquer lyceu alguns dos annos do curso geral, ou alguma das disciplinas que se ensinam n'esses estabelecimentos de instrução, e houverem obtido approvação d'esses annos ou disciplinas, poderão continuar os seus estudos n'outro lyceu, com as condições estabelecidas no artigo 57.º d'este regulamento.

§ 1.º O requerimento em que um alumno pedir para continuar n'um lyceu estudos principiaes n'outro deve ser dirigido ao reitor do lyceu em que pretende ser admitto, juntando a esse requerimento certidões dos exames por elle feitos, e uma infor-

mação do chefe do lyceu em que estudou, na qual se dê completa conta da aptidão e comportamento do alumno.

§ 2.º Nunca os alumnos poderão transitar de um lyceu para outro senão na epocha das matriculas, e não lhes serão tidos em conta senão os estudos de que houverem feito exame.

Art. 16.º A matricula para a admissão nos lyceus começa no dia 15, e termina impreterivelmente no dia 30 de setembro; e que os reitores farão convenientemente annunciar todos os annos.

CAPITULO III

DA FREQUENCIA E DISCIPLINA ESCOLAR

Art. 17.º Os cursos dos lyceus começarão no primeiro dia util do mez de outubro.

Art. 18.º N'esse dia, reunido o corpo cathedratico do lyceu, presidido pelo reitor, distribuir-se-hão os premios aos alumnos que os houverem merecido no anno lectivo anterior. O reitor recitará uma oração accommodada a este acto.

Art. 19.º Uma tabella affixada convenientemente determinará os dias da semana, e as horas de cada aula nos lyceus.

Art. 20.º Logo depois da entrada nas aulas o porteiro marcará falta aos alumnos ausentes.

Art. 21.º Os alumnos são obrigados a assistir a todas as lições, e a executar todos os trabalhos escolares que lhes forem distribuidos pelos professores. Nenhum alumno se póde pois escusar de dar lição, ou recusar-se a cumprir outro qualquer dever, nem ausentar-se das aulas sem motivo justificado, e sem autorisação dos seus professores.

§ 1.º Aos alumnos que recusarem dar lição, responder ás perguntas que lhes forem feitas nas repetições, executar um thema, ou cumprir outro qualquer trabalho escolar, e aos que saírem da aula sem licença, mandará o professor marcar falta.

§ 2.º Quando um alumno, pela sua pouca applicação e irregular comportamento, merecer castigo mais severo, poder-lhe-ha ser imposta alguma das penas disciplinares.

Art. 22.º O alumno que faltar ás aulas entregará na secretaria, no primeiro dia em que voltar ao lyceu, um documento que justifique as faltas que houver dado. Este documento deverá ser sempre acompanhado de uma declaração assignada pelo pae, tutor ou encarregado da educação do alumno, de que este faltou com autorisação sua. A secretaria avisará os professores das aulas a que o alumno faltou, de que elle entregou documento que o justifica.

Art. 23.º Sempre que um alumno faltar mais de tres dias seguidos ás aulas, ou commetter alguma das faltas designadas no artigo 21.º, o reitor mandará dar conhecimento d'isto aos paes, ou pessoa a quem estiver confiada a educação do alumno.

Art. 24.º Dentro e nas proximidades dos lyceus os alumnos serão sempre vigiados, e obrigados a manter o maior socego, e a respeitarem-se uns aos outros.

§ unico. O porteiro, os guardas, ou outro qualquer empregado do estabelecimento, que encontrar um alumno em contravenção com o disposto n'este artigo, dará immediatamente parte d'isso na secretaria, para que chegue ao conhecimento do reitor.

Art. 25.º Não será permitido a nenhum alumno o sair para fora das portas do lyceu sem causa justificada, em quanto não tiverem acabado todas as aulas a que elle tem obrigação de assistir.

§ unico. O alumno, que tiver de sair do lyceu durante o tempo das aulas, deve-lo-ha participar ao porteiro, declarando tambem quem o autorizou a sair. De tudo tomará nota o porteiro n'um caderno destinado para este fim.

CAPITULO IV

DAS AULAS

Art. 26.º As aulas dos lyceus são publicas. Haverá n'ellas logares para os visitantes, inteiramente separados dos logares dos alumnos.

Art. 27.º Os logares dos alumnos nas aulas serão dispostos de modo que todos possam igualmente receber as lições dos professores e serem por estes vigiados.

Art. 28.º Haverá em cada aula tres logares de distincção, que serão occupados pelos alumnos que na semana anterior mais se tiverem distinguido no cumprimento de seus deveres escolares.

Art. 29.º Servirão de texto para as lições os compendios legalmente adoptados para esse fim. Para auxiliares do ensino poderão servir-se os professores unicamente dos livros approvados. (Decreto de 31 de janeiro de 1860.)

Art. 30.º Das duas horas, que dura a aula, os professores empregarão pelo menos uma em ouvir o maior numero possível de alumnos sobre a lição passada anteriormente, e o resto do tempo em dar as explicações que julgarem convenientes para a completa intelligencia das doutrinas que forem objecto da lição dada n'aquelle dia, ou da que os alumnos têm que estudar para o seguinte dia de aula.

Art. 31.º Haverá em todas as aulas exercicios, ou themas escriptos, os quaes serão analysados o emendados pelo professor, em voz alta, e para toda a classe.

Art. 32.º Nas disciplinas em que houver quatro, ou mais dias de aula por semana, haverá uma repetição semanal, oral ou por escripto. Quando for menor o numero de dias lectivos, as repetições terão lugar no fim de quatro lições.

§ unico. Aos alumnos que não comparecerem nas aulas nos dias de repetição marcar-se-hão duas faltas, sendo sem causa justificada.

Art. 33.º Haverá em todas as aulas um exame mensal, oral ou por escripto, segundo a natureza das disciplinas que d'elle forem objecto. Do resultado d'estes exames lavrará termo o secretario em livro para isso destinado.

§ 1.º Os exames mensaes receberão uma das tres qualificações, *bom*, *sufficiente*, *mau*, segundo o seu merecimento. Estas qualificações serão designadas no termo d'esses exames.

§ 2.º Aos alumnos que não comparecerem nas aulas mensaes marcar-se-hão tres faltas, se não provarem que faltaram por motivo justo.

§ 3.º Designar-se-ha um dia da semana immediata para estes alumnos responderem ao exame mensal.

CAPITULO V

DO ENCERRAMENTO DAS AULAS, E DA HABILITAÇÃO PARA EXAME

Art. 34.º O dia 15 de junho será o ultimo dia de

aula nos lyceus. No dia 20 do mesmo mez começarão os exames, excepto no caso de ser este dia feriado legal. D'isto o reitor mandará fazer annuncio todos os annos.

Art. 35.º Do dia 10 ao dia 15 de junho haverá uma ou mais sessões do conselho do lyceu, em que se fará o apuramento geral das faltas dos alumnos, tanto ordinarios como voluntarios; se reunirão todas as notas sobre o seu comportamento e aproveitamento nas aulas; se formará a relação dos alumnos habilitados para exame, e se regulará o serviço dos exames.

§ unico. Estes trabalhos serão feitos á vista do livro das faltas, dos livros dos exames mensaes, das notas e informações dos professores a respeito dos alumnos habilitados para exame, e de todos os outros esclarecimentos que possam habilitar o conselho a formar dos alumnos um juizo completo.

Art. 36.º Considerar-se-hão habilitados para exame annual os alumnos ordinarios:

1.º Que tiverem um numero de faltas justificadas inferior á quinta parte do numero legal dos dias de aula, ou um numero de faltas não justificadas inferior á decima parte do mesmo numero, marcados pelo presente regulamento.

2.º Que houverem satisfeito a todos os exames mensaes e obtido pelo menos a qualificação de *sufficiente* em tres d'esses exames.

Art. 37.º Os alumnos ordinarios de qualquer anno, que não estiverem habilitados para exame em todas as disciplinas do seu curso, só farão exame das disciplinas para que tiverem habilitação. No anno seguinte estes alumnos serão considerados como voluntarios para todos os effeitos.

Art. 38.º Os alumnos voluntarios podem habilitar-se para exame de todas ou de parte das aulas que houverem frequentado. Para admittoes estes alumnos aos exames deverá o conselho ter em attenção as seguintes condições:

1.º Que o alumno não tenha um numero de faltas justificadas, igual ou superior á quinta parte do numero legal dos dias de aula, ou um numero de faltas não justificadas igual ou superior á decima parte do mesmo numero.

2.º Que elle tenha satisfeito a todos os exames de frequencia nas disciplinas que houver frequentado, e que em tres pelo menos d'estes exames haja obtido a qualificação de *sufficiente*.

3.º Que os alumnos que se apresentarem para exame de grammatica e traducção latina tenham approvação no curso de portuguez dos lyceus.

4.º Que os alumnos que se apresentarem, com regular frequencia, a fazer exame de traducção e composição latina e antiguidades romanas (latindade), estejam já habilitados com os exames de portuguez, e de grammatica e traducção latina.

5.º Que os alumnos que se habilitarem para o exame de mathematica estejam approvados já em portuguez e francez, e tenham o exame parcial de frequencia com approvação de arithmetica e noções de geometria plana (exame correspondente ao de arithmetica do terceiro anno do curso dos alumnos ordinarios).

6.º Que os alumnos que se apresentarem para fazer exame de physica, chimica e introdução á historia natural, estejam approvados em portuguez, francez e mathematicas elementares, e tenham alem d'isto o exame parcial de frequencia dos principios elementares de physica e chimica (exame correspondente ao do quarto anno dos alumnos ordinarios).

7.º Que os alumnos que se propozerem a fazer o exame de philosophia racional e moral e principios de direito natural tenham approvação em portuguez, francez, grammatica e traducção latina.

8.º Que os alumnos que se propozerem a fazer o exame de oratoria, poetica e litteratura classica, tenham approvação de portuguez, francez, traducção e composição latina, e philosophia racional e moral, e principios de direito natural.

9.º Que os alumnos, que se apresentarem a exame em historia, chronologia e geographia, tenham approvação de portuguez, francez, e mathematicas elementares e geographia mathematica.

Art. 39.º As relações dos alumnos habilitados em cada aula serão affixadas no dia do encerramento dos cursos, designando-se n'essas relações os dias em que esses alumnos hão de ser examinados.

Art. 40.º Os alumnos habilitados fecharão a matricula do dia 15 ao dia 20 de junho.

§ 1.º O termo do encerramento da matricula dos alumnos será lançado no livro competente e assignado pelo alumno.

§ 2.º Os alumnos ordinarios pagarão 960 réis no acto do encerramento da matricula annual. (Decreto de 20 de setembro de 1844, artigo 67.º)

§ 3.º Os alumnos voluntarios, que fizerem na mesma epocha os exames de todas as disciplinas que constituem um anno do curso dos lyceus, pagarão no acto do encerramento da matricula 3\$540 réis; se fizerem exames de disciplinas, que não formem um anno completo dos estudos do curso geral, pagarão esta mesma quantia por cada exame que fizerem, excepto se forem exames de linguas, porque n'este caso pagarão 1\$920 réis. (Decreto citado, no artigo 68.º)

Art. 41.º Os alumnos ordinarios farão os seus exames annuaes pela mesma ordem, por que as disciplinas se acham distribuidas no quadro dos estudos fixados no artigo 4.º do presente regulamento.

§ 1.º Os exames das disciplinas ensinadas no primeiro anno serão considerados como exames parciais de frequencia, e tidos em conta na avaliação e qualificação do exame final d'essas disciplinas, que os alumnos fizerem nos annos subsequentes.

§ 2.º Concluido o segundo anno terá logar o exame final de elementos de grammatica e traducção latina, e de francez. Os exames de portuguez, arithmetica, e de desenho, são considerados como exames parciais de frequencia.

§ 3.º Concluido o terceiro anno terão logar os exames finais de portuguez, de traducção, composição latina, antiguidades romanas, e de desenho. O exame de arithmetica, e noções de geometria, e de grammatica ingleza e exercicios de traducção, são considerados exames parciais de frequencia.

§ 4.º Concluido o quarto anno terão logar os exames finais de mathematica, de philosophia racional e moral, e de lingua ingleza. O exame de principios elementares de physica e chimica é considerado exame parcial de frequencia.

§ 5.º Concluido o quinto anno terão logar os exames de oratoria e poetica, litteratura classica, historia, e geographia physica, chimica e introdução á historia natural dos tres reinos.

CAPITULO IV

DO EXAME DOS ALUMNOS DOS LYCEUS

Art. 42.º Do dia 20 de junho até ao fim de julho terão logar os exames annuaes nos lyceus.

Art. 43.º Os professores proprietarios e substitutos constituirão os juries para os exames nos lyceus.

Art. 44.º Cada jury de exames será formado por tres professores, servindo o mais antigo professor proprietario de presidente.

Art. 45.º Os alumnos voluntarios farão os exames na ordem em que for determinado nas relações de examinados, feitas pelo conselho do lyceu, tendo sempre em attenção as prescripções do artigo 40.º

Art. 46.º Os juries terão presente a relação dos alumnos que hão de examinar, com a designação da ordem em que esses alumnos devem ser chamados a exame, e todas as informações sobre o seu aproveitamento e comportamento, segundo o que tiver sido apurado no conselho do lyceu, á vista dos livros escolares, e notas dos professores. Nos exames os juries seguirão rigorosamente a ordem fixada n'essas relações.

§ 1.º Quando algum alumno faltar ao exame final no dia marcado para esse acto, deverá justificar a falta, e requerer ao reitor que lhe designe dia para fazer exame. O reitor designará um ou mais dias para estes exames extraordinarios, dentro do prazo dos exames annuaes determinado no artigo 42.º d'este regulamento.

§ 2.º Quando algum alumno provar que não pôde comparecer durante todo o prazo dos exames por motivo justificado, o conselho do lyceu ponderando todas as circunstancias favoraveis ao alumno, tendo em consideração a sua applicação e comportamento, poderá excepcionalmente conceder-lhe que faça exame em algum dos ultimos dias de setembro.

Art. 47.º Haverá para cada uma das disciplinas que são objecto de exame uma serie de pontos, nunca menor do que cincuenta, para servirem de thema ás provas oraes; e uma serie igual de pontos para as provas escriptas.

§ 1.º Os pontos devem ser feitos pelos professores, que leccionarem durante o anno as disciplinas a que elles se referirem, e tirados dos auctores escolhidos para servirem ao ensino nos lyceus; estes pontos serão apresentados ao conselho do lyceu, até 15 de abril.

§ 2.º Approvados pelo conselho do lyceu, serão os pontos remetidos pelo reitor até ao dia 1.

Art. 55.º Aos alumnos que tiverem approvação de todas as disciplinas, que formam o curso geral dos lyceus, se passará um diploma, satisfazendo as condições prescritas pela lei.

Art. 56.º Os alumnos reprovados no exame de alguma disciplina do lyceu só poderão repetir exame, se tiverem, pelo menos, a qualificação de *sufficiente* na maioria dos exames mensaes feitos durante a frequência d'essa disciplina.

§ unico. Estes exames extraordinarios só poderão ser feitos no anno immediato áquelle em que saírem reprovados, e na epocha marcada no § 1.º do artigo 46.º

Art. 57.º Os exames feitos em qualquer dos cinco lyceus principais, de Lisboa, Coimbra, Porto, Braga e Evora, serão validos em todos os lyceus do reino. Os alumnos que quizerem completar o curso n'um d'estes cinco lyceus principais, tendo feito parte dos estudos da instrucção secundaria n'alguns dos outros lyceus do reino, sujeitar-se-hão de novo a exames feitos em todas as disciplinas para que estiverem habilitados perante um jury de professores do lyceu em que pretendem ser admitidos, e segundo o methodo determinado nos artigos 52.º, 53.º e 54.º d'este regulamento.

CAPITULO VII

DOS EXAMES DE INDIVIDUOS QUE NÃO HOUVEREM FREQUENTADO AS AULAS DOS LYCEUS

Art. 58.º Para ser admittido a fazer exame de qualquer das disciplinas que se professam nos lyceus, sem ter frequentado n'estes estabelecimentos as respectivas aulas, é preciso requerer ao chefe do estabelecimento em que houver de fazer-se esse exame, e satisfazer ás seguintes condições:

1.º Provar, por documento authenticico, ter mais de dez annos de idade.

2.º Apresentar (como os alumnos dos lyceus) certidão de approvação em instrucção primaria.

3.º Apresentar attestado do director de collegio, professor publico, professor particular, ou pessoa litterariamente habilitada (artigos 84.º e 85.º do decreto de 20 de setembro de 1844), de que estudou a disciplina de que pretende fazer exame durante seis mezes, pelo menos, com aproveitamento. Este attestado deve ser authenticado pelo administrador do concelho da localidade, onde o candidato a exame fez os seus estudos.

4.º Para os exames de grammatica, traducção e composição latina, e antiguidades romanas, de mathematicas elementares e geographia mathematica, de physica, chimica e geographia natural, de philosophia racional e moral, e principios de direito natural, de oratoria, poetica e litteratura classica, e de historia, chronologia e geographia, provar competentemente que se satisfizeram as condições exigidas no artigo 33.º d'este regulamento n.ºs 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 9.º aos alumnos voluntarios dos lyceus para fazerem os supraditos exames.

Art. 59.º O requerimento de que trata o artigo 58.º deverá ser feito pelo individuo que se propõe a fazer exame, e autorisado por seu pae ou tutor, no caso d'elle ser menor. A entrega d'este requerimento, com os documentos necessarios, deverá ser feita na secretaria do lyceu até ao dia 10 de junho de cada anno.

Art. 60.º Para se dar regular cumprimento ao disposto no n.º 3.º do artigo 58.º, todos os directores de collegios, e professores publicos ou particulares, de qualquer das disciplinas que constituem o curso da instrucção secundaria, remetterão imprimeiramente no fim de janeiro e maio de cada anno, á autoridade litteraria competente, uma relação de todos os discipulos que frequentam as suas aulas, com declaração das disciplinas que estudam, do numero de faltas por elles dadas, do seu aproveitamento, da sua moralidade e educação. (Artigo 86.º do citado decreto.)

Art. 61.º Obtido despacho do seu requerimento, o candidato ao exame deverá inscrever-se no livro que, para esta qualidade de examinandos, deve haver na secretaria de cada lyceu, e pagar por cada exame o mesmo que pagam os alumnos voluntarios dos lyceus. O termo será assignado pelo pretendente e por pae, tutor ou pessoa, a quem estiver confiada a sua educação.

Art. 62.º Os conselhos dos lyceus designarão dias para estes exames, e fixarão a ordem por que elles se devem fazer, de modo que tenham lugar dentro do prazo destinado para exames nos lyceus, isto é, de 20 de junho até ao ultimo dia de julho.

Art. 63.º Os exames, de que trata o presente capitulo constarão, como os outros exames, de uma prova oral e outra escripta. A prova oral não poderá nunca durar menos de meia hora, nem mais de uma hora. A prova escripta será feita sobre dois pontos, tirados á sorte da serie de pontos para as provas escriptas (artigo 49.º); e aos examinandos se concederá uma hora para satisfazer a esta prova do exame.

Art. 64.º Estes exames serão julgados do mesmo modo que os dos alumnos dos lyceus, e dos seus resultados se lavrarão termos nos livros para este fim destinados. D'estes termos se deverão passar certidões, quando os interessados o requererem.

CAPITULO VIII

DOS PREMIOS

Art. 65.º Para cada uma das disciplinas que formam o curso dos lyceus haverá um premio. Nos lyceus, em que se ensinarem outras disciplinas alem das designadas no artigo 2.º d'este regulamento, haverá para cada uma d'ellas tambem um premio.

Art. 66.º Os premios serão obras approvadas pelo conselho geral de instrucção publica, que tratam das disciplinas que se ensinam nos lyceus.

Art. 67.º Acabados os exames annuaes os conselhos dos lyceus celebrarão uma sessão publica para escolherem de entre os alumnos aquelles que são dignos de premio.

Art. 68.º Para um alumno poder ser proposto para premio n'uma disciplina é preciso que pertença á classe dos *ordinarios*; que tenha obtido durante a frequência d'essa disciplina, pelo menos, a qualificação de *bona* em quatro dos exames mensaes, e a de *sufficiente* nos outros; que, tendo havido um exame parcial de frequência, esteja qualificado de *approvado* com *lousury*; que no exame final tenha obtido esta mesma qualificação.

Art. 69.º O conselho, tendo em vista as notas da frequência, e os valores obtidos no exame, fará uma relação, por ordem de merito, dos alumnos habilitados para premio, e votará successivamente, pela ordem em que elles se acharem relacionados, se esses candidatos são ou não dignos de distincção honorifica, e tendo em vista as suas qualificações, e as informações dos professores, cujos cursos elles frequentarem.

§ 1.º Estas votações serão feitas por numeros de 10 a 20, lançando cada votante um numero que exprima a sua opinião sobre o merito relativo dos candidatos; far-se-ha depois a somma dos valores obtidos por cada candidato, e tomar-se-ha a media d'esses valores.

§ 2.º Se serão reputados dignos de distincção honorifica os alumnos que n'esta votação obtiverem mais de 15 valores.

§ 3.º O que obtiver maior valor terá o premio. O que obtiver valor immediato será julgado digno de *accessit*.

§ 4.º No caso de empate n'esta votação entre dois candidatos, decidir-se-ha pelas informações annuaes que serão sujeitas a revisão. Se n'este caso ainda

houver igualdade entre dois candidatos, proceder-se-ha a nova votação para desempatar.

Art. 70.º Aos alumnos que forem premiados, e aos que o conselho do lyceu julgar dignos de *accessit*, passar-se-ha gratuitamente o diploma d'estas honrosas distincções.

Art. 71.º Os nomes dos alumnos premiados serão publicados na folha official do governo.

CAPITULO IX

DAS PENAS

Art. 72.º As penas disciplinaes são:

1.º A *reprehensão* dada nas aulas pelos professores;

2.º A *reprehensão* dada pelos reitores, e mandada ler em todas as aulas;

3.º A *expulsão* temporaria dos lyceus;

4.º A *expulsão* perpetua.

§ 1.º A primeira pena poderá ser imposta pelos professores aos alumnos que se mostrarem negligentes em cumprir os seus deveres litterarios, ou por pequenas irregularidades disciplinaes.

§ 2.º Quando um alumno mostrar falta de applicação n'um ou mais cursos, ou infringir alguma regra importante da disciplina dos lyceus, o reitor deverá impor-lhe a segunda pena.

§ 3.º A pena de *expulsão* de um até tres annos deverá ser infligida pelos conselhos dos lyceus aos alumnos que faltarem frequentemente aos seus deveres escolares, sendo assim pernicioso exemplo de relaxação para os outros alumnos; e aos que offenderem de um modo grave a moral ou a disciplina.

§ 4.º A pena de *expulsão* perpetua não poderá ser applicada senão aos alumnos provavelmente incorrigiveis, que praticarem actos por tal modo offensivos da moral ou da disciplina, que se julgue indispensavel afasta-los para sempre dos estabelecimentos publicos de instrucção.

§ 5.º Esta pena deve ser proposta pelos conselhos dos lyceus, e confirmada pelo governo, ouvido o conselho geral de instrucção publica.

Art. 73.º Os alumnos *expulsos* perpetuamente de um lyceu ficam, por esse facto, expulsos de todos os outros lyceus.

§ unico. O governo comunica aos lyceus os nomes dos alumnos a quem for imposta esta pena.

CAPITULO X

DOS ESTABELECIMENTOS AUXILIARES DO ENSINO

Art. 74.º Haverá nos cinco lyceus de primeira classe uma bibliotheca, um gabinete de physica, um laboratorio chimico, e uma collecção de objectos de historia natural, e instrumentos de planimetria. (Decreto de 17 de novembro de 1836, artigos 67.º e 68.º)

Art. 75.º A bibliotheca será formada pelos livros que os conselhos dos lyceus escolherem; comprehendendo as obras litterarias ou scientificas, approvadas pelo conselho geral de instrucção publica. Das obras que forem necessarias para o serviço das aulas poderá na bibliotheca haver dois ou mais exemplares.

Art. 76.º A bibliotheca terá os livros methodicamente classificados; e d'estes se fará um catalogo para serviço da bibliotheca, e outro será remetido á direcção geral de instrucção publica.

§ unico. No fim de cada anno lectivo o reitor do lyceu enviará á mesma direcção geral uma relação dos livros adquiridos de novo pela respectiva bibliotheca.

Art. 77.º Nenhum livro poderá sair da bibliotheca senão para serviço das aulas, e dos exames, sob responsabilidade dos professores que os requisitarem, e deverá ser restituído á bibliotheca logo que termine o serviço diario.

Art. 78.º A bibliotheca estará aberta de manhã e de tarde nos dias lectivos, e nos outros que o conselho determinar.

Art. 79.º Um dos professores nomeado pelo governo será o bibliothecario, que terá a seu cargo vigiar pela conservação e successivo augmento da livreria, e pela execução de tudo o que fica determinado nos artigos precedentes.

§ unico. Um official nomeado pelo governo fará o serviço da bibliotheca, sob a direcção do bibliothecario. (Decreto citado, artigo 67.º § 1.º)

Art. 80.º O gabinete de physica compor-se-ha dos instrumentos,apparelhos e machinas indispensaveis para o ensino.

Art. 81.º O laboratorio terá simplesmente uma collecção dos principaes productos chimicos, dos reagentes, e dos apparelhos indispensaveis para as experiencias do curso elementar de chimica.

Art. 82.º Nos lyceus formar-se-ha um pequeno muséu de historia natural, que satisfaga, quanto for possivel, ás necessidades do ensino.

§ unico. A conservação d'este muséu, assim como do laboratorio chimico e do gabinete de physica, será confiada ao professor de physica, chimica, e introducção á historia natural, que terá para este serviço um guarda nomeado pelo governo. (Decreto citado, artigo 68.º § 1.º)

Art. 83.º Nos lyceus de segunda classe estes estabelecimentos auxiliares do ensino serão creados á medida que se for reconhecendo a sua necessidade, e que os fundos destinados para a instrucção secundaria o permittem.

SECÇÃO II

DA ADMINISTRAÇÃO E DOS FUNCIONARIOS DOS LYCEUS

CAPITULO I

DO CONSELHO

Art. 84.º Em cada lyceu os professores formarão um conselho, o qual será presidido pelo reitor ou, na sua falta, pelo mais antigo dos professores proprietarios.

Art. 85.º Para funcionarem os conselhos é preciso que se reuna a maioria dos membros, que os compõem.

Art. 86.º Todos os negocios serão resolvidos segundo o voto da maioria dos membros, que se acharem presentes na occasião em que esses negocios forem sujeitos aos conselhos.

§ unico. Em todos os assumptos, que envolverem interesses pessoas, a votação será por escrutinio secreto.

Art. 87.º Os conselhos dos lyceus celebrarão todos os annos as seguintes sessões ordinarias:

Uma sessão antes da abertura das aulas para regular os serviços escolares.

Uma sessão no primeiro dia, não feriado, do mez de outubro para a distribuição dos premios.

Uma sessão no principio de cada um dos mezes, que não forem de ferias, para tomar conta das faltas dos professores e dos alumnos, dos documentos justificativos d'essas faltas, e de todas as notas e informações, tanto dos professores, como dos outros empregados dos lyceus, a respeito do comportamento dos alumnos.

Entre os dias 10 e 15 de junho as sessões que forem necessarias, para se determinar a ordem e distribuir os juries dos exames; e para formar as relações dos alumnos habilitados, com todas as informações exigidas no artigo 35.º

Uma sessão, acabados os exames, para conferir premios aos alumnos que d'elles forem dignos, pelo modo prescripto no capitulo 8.º d'este regulamento.

Uma sessão antes do ferias para tomar conta das despesas feitas durante o anno em os estabelecimentos, expediente, guarda e conservação do edificio dos respectivos lyceus; para fazer o orçamento das despesas do anno lectivo immediato, que será remetido ao ministerio do reino.

Art. 88.º Alem das sessões ordinarias determinadas no artigo antecedente, e destinadas para os fins n'esse artigo designados, os conselhos celebrarão sessões extraordinarias para tratarem dos objectos seguintes:

1.º Escolher os compendios e livros auxiliares de ensino, para serem depois submettidos á approvação do conselho geral de instrucção publica, nos termos do decreto de 31 de janeiro de 1860;

2.º Approvar os pontos que hão de ser apresentados ao conselho geral de instrucção publica, nos termos do artigo 47.º §§ 1.º e 2.º;

3.º Fazer os regulamentos internos que forem necessarios para a disciplina e organização litteraria e economica;

4.º Applicar a pena de *expulsão temporaria*, e propor a de *expulsão perpetua*.

CAPITULO II

DO REITOR

Art. 89.º O reitor é o chefe do lyceu, e como tal incumbem-lhe:

1.º Presidir ás sessões do conselho;

2.º Exercer inspecção sobre todos os funcionarios e estabelecimentos do lyceu;

3.º Corresponder-se com o director geral da inspecção publica para todos os negocios que dependam da resolução do governo;

4.º Assignar todos os diplomas, titulos e mais papéis officiaes dos lyceus;

5.º Dar execução ás ordens do governo e resoluções do conselho;

6.º Fazer annualmente um relatório do estado litterario e economico do lyceu, o qual enviará á direcção geral de instrucção publica até ao ultimo de setembro;

7.º Presidir aos exames nos concursos dos professores de instrucção secundaria e primaria.

Art. 90.º Na falta do reitor fará as suas vezes o professor proprietario mais antigo.

CAPITULO III

DOS PROFESSORES

Art. 91.º Haverá nos lyceus professores proprietarios e substitutos, segundo o que se acha disposto nos artigos 57.º e 58.º do decreto de 20 de setembro de 1844, e no artigo 3.º d'este regulamento.

§ unico. Um regulamento especial fixará o systema e as habilitações para o concurso.

Art. 92.º Os deveres dos professores são:

1.º Reger regularmente os seus cursos;

2.º Cuidar com solicitude nos progressos litterarios, e no aperfeiçoamento da educação dos alumnos;

3.º Comparecer nos conselhos, e ali tomar parte nas discussões e votações;

4.º Examinar os alumnos segundo as disposições dos capitulos VI e VII d'este regulamento;

5.º Dar mensalmente ao reitor informações do comportamento e aproveitamento dos alumnos, pela forma que for determinada em regulamento especial;

6.º Ministar ao reitor todos os esclarecimentos necessarios para a redacção do relatório annual.

7.º Fazer parte do jury dos exames nos concursos dos candidatos ao magisterio da instrucção secundaria e primaria.

Art. 93.º Aos professores serão somente abonadas as faltas, que por motivo de molestia, serviço em cortes, commissão do governo, ou como jurados, forem legalmente justificadas em todo o anno lectivo.

§ unico. Haverá um livro em que os professores dos lyceus designarão em cada dia lectivo o serviço que tiverem.

Art. 94.º Quando o professor estiver legalmente impossibilitado de reger a cadeira participa-lo-ha ao reitor.

Art. 95.º São applicaveis aos professores dos lyceus as disposições do § unico do artigo 5.º da lei de 17 de agosto de 1858.

CAPITULO IV

DO SECRETARIO

Art. 96.º O secretario do lyceu terá em seu poder os seguintes livros, rubricados pelo reitor:

Livro para actas das sessões do conselho;

Livro de matriculas;

Livro para os termos dos exames dos alumnos;

Livro para registro dos diplomas conferidos pelo conselho do lyceu;

Livro para registro dos diplomas, juramentos e autos de posse dos empregados do lyceu;

Livro para registro da correspondencia geral;

Livro para assento de faltas de professores;

Livro para faltas dos alumnos.

Art. 97.º Incumbe ao secretario:

1.º Lavrar os termos de abertura e encerramento da matricula dos estudantes do lyceu, e da admissão a exames dos de fora;

2.º Expedir guias para serem pagos na recebedoria do districto, e em Lisboa na casa da moeda, todos os impostos pertencentes á fazenda, a que os estudantes dos lyceus estão obrigados (Portaria de 22 de junho de 1853);

3.º Lavrar os termos dos exames dos estudantes, tanto do lyceu, como de fora, e assistir ás votações;

4.º Passar as certidões dos exames, ontras que lhe seja permitido por despacho do reitor;

5.º Expedir e registrar os diplomas;

6.º Assistir aos exames dos candidatos ao professorado, fazendo os necessarios assentamentos no livro competente, e redigindo os autos que hão de ser enviados á direcção geral de instrucção publica;

7.º Ter sob sua guarda os sellos e archivos do lyceu;

8.º Expedir a correspondencia relativa ás decisões do conselho;

9.º Extrahir do livro competente a relação das faltas dos professores, para serem julgadas nos termos do artigo 94.º;

10.º Organisar e fazer affixar, no logar do costume, as pautas dos estudantes habilitados para exame;

11.º Registrar os diplomas dos empregados do lyceu, e lavrar os autos de posse;

12.º Processar as folhas dos vencimentos e mais despesas do lyceu, e expedil-as;

13.º Fazer distribuir pelo jury de exames as relações dos examinandos, feitas segundo o que se acha disposto no artigo 46.º;

14.º Fazer as actas, e lançar no livro competente a nota da falta dos alumnos.

Art. 98.º O secretario tem 120 réis de emolumentos pelas certidões dos exames no fim do anno, e igual quantia pelas matriculas dos estudantes ordinarios, somente no principio do anno (Decreto citado de 20 de setembro de 1844, artigo 79.º)

Art. 99.º A propina da matricula é uma só para todas as disciplinas que os alumnos são obrigados a cursar em cada anno.

Art. 100.º Na falta do secretario, fará as suas vezes o professor mais moderno.

CAPITULO V

DO PORTEIRO E DO CONTINHO

Art. 101.º A policia dos lyceus fóra das aulas pertence immediatamente ao porteiro, coadjuvado pelo continho, onde o houver.

Art. 102.º As suas obrigações são:

1.º Fazer os inventarios de todos os moveis e utensilios, cuja guarda e conservação lhe é confiada, sob sua immediata responsabilidade;

2.º Conservar em bom estado e accio as aulas, e os outros estabelecimentos do lyceu;

3.º Abrir e fechar as portas do edificio, das aulas, e das diferentes officinas, ás horas competentes;

4.º Dar o signal, por meio de toque de sineta, para começar e acabar o exercicio de qualquer aula no momento que estiver prescripto no respectivo horario;

5.º Apontar as faltas dos alumnos, segundo o que se acha prescripto no artigo 20.º;

6.º Apresentar a cada professor no primeiro dia lectivo de cada mez, e ao conselho, na primeira sessão depois d'esse dia, a relação das faltas dos alumnos no mez findo;

7.º Avisar os professores para as sessões do conselho e exames, quando o reitor lh'o ordenar;

8.º Não sair do edificio desde o abrir até o fechar das portas d'elle, vigiar continuamente fóra do recinto das aulas se os alumnos e visitantes observam o regulamento policial, e prender ou expulsar os infractores;

9.º Finalmente, cumprir o mais que, para bem do serviço, lhe for ordenado.

Paço das Necessidades, em 10 de abril de 1860. —Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

las, e das diferentes officinas, ás horas competentes;

4.º Dar o signal, por meio de toque de sineta, para começar e acabar o exercicio de qualquer aula no momento que estiver prescripto no respectivo horario;

5.º Apontar as faltas dos alumnos, segundo o que se acha prescripto no artigo 20.º;

6.º Apresentar a cada professor no primeiro dia lectivo de cada mez, e ao conselho, na primeira sessão depois d'esse dia, a relação das faltas dos alumnos no mez findo;

7.º Avisar os professores para as sessões do conselho e exames, quando o reitor lh'o ordenar;

8.º Não sair do edificio desde o abrir até o fechar das portas d'elle, vigiar continuamente fóra do recinto das aulas se os alumnos e visitantes observam o regulamento policial, e prender ou expulsar os infractores;

9.º Finalmente, cumprir o mais que, para bem do serviço, lhe for ordenado.

Paço das Necessidades, em 10 de abril de 1860. —Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECÇÃO GERAL DA THEZOURARIA

Na conformidade do annuncio inserto no *Diario de Lisboa* n.º 123, publica-se que se expidiram as ordens necessarias para o pagamento, no dia 14 do corrente, dos vencimentos do mez de maio de 1860 das seguintes classes:

Armada nacional e extincta brigada

Conselho de saude

Alfandega grande de Lisboa

Alfandega municipal de Lisboa

Juizes de direito e delegados

Consul em Tanger

Administracção geral do pescad.

Direcção geral da thesouraria do ministerio da fazenda, em 11 de junho de 1860. —Joaquim José do Nascimento Lupi.

DIRECÇÃO GERAL DOS PROPRIOES NACIONALES

VENDA DE FOROS, CENSOS E PENSÕES

NA POSSE E ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL

NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS

DE 20 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1832,

DECLARADO PELA CARTA DE LEI DE 9 DE MAIO DE 1837,

COM applicação AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos e carta de lei se annuncia, que vão andar em praça os fóros constantes da seguinte lista, para se proceder á sua arrematação, no dia abaixo designado, pelo maior lance que se offerecer, devendo o seu pagamento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de 30 dias, pela forma seguinte: uma quarta parte em moeda metalica, e tres quartas partes em titulos de divida fundada interna ou externa, pelo seu valor nominal; sendo porém livre aos arrematantes pagarem em prestações, e nas mesmas especies de moeda, entregando a primeira terça parte

filho Antonio, da freguezia de Castellões, ambos do concelho de Paredes, distrito do Porto; em vista do disposto na regra 1.ª do artigo 13.º da lei de 27 de julho de 1855.

Recurso n.º 197—recorrente José Carreiro, filho de Luiz Carreiro, da freguezia de Nossa Senhora da Graça, concelho da villa da Povoação, distrito de Ponta Delgada, por não ser applicavel ao recrutado o n.º 2.º do artigo 71.º da lei de 27 de julho de 1855.

Recurso n.º 97—recorrente, João dos Santos, filho de Manuel dos Santos, da freguezia de Villariño de Cotas, concelho de Alijó, distrito de Villa Real.

Recurso n.º 105—recorrente, Manuel, filho de Engracia Maria, da freguezia de Cativello, concelho de Gouveia, distrito da Guarda.

Recurso n.º 109—recorrente, Manuel Francisco, por seu filho Manuel, da freguezia de Mangualde, concelho de Gouveia, distrito da Guarda.

Recurso n.º 113—recorrente, José Gonçalves, filho de José Gonçalves Condessa, da freguezia de Valle de Coelha, concelho de Almeida, distrito da Guarda.

Recurso n.º 117—recorrente, Isabel Leal, por seu filho Manuel, da freguezia de Bondada, concelho do Sabugal, distrito da Guarda.

Recurso n.º 122—recorrente, Manuel Joaquim, filho de João Rodrigues, da freguezia de Castello Melhor, concelho de Villa Nova de Foscôa, distrito da Guarda.

Recurso n.º 129—recorrente, Rosalina, viúva de José Antonio da Silva, por seu filho José, da freguezia de Villa Nova, do concelho de Gouveia, distrito da Guarda.

Recurso n.º 132—recorrente, Cecilia Martins, por seu filho Antonio, da freguezia de Fátas, concelho de Trancoso, distrito da Guarda.

Recurso n.º 134—recorrente, José Maria Pissarra, filho de Luiz Antonio, da freguezia e concelho de Villa Nova de Foscôa, distrito da Guarda.

Recurso n.º 136—recorrente, Maria Umbelina, por seu filho Francisco, do lugar de Villa Noyinha, concelho de Trancoso, distrito da Guarda.

Recurso n.º 140—recorrente, Antonio Martins, filho de José Martins, da freguezia de Villar de Torpim, concelho da Figueira de Castello Rodrigo, distrito da Guarda.

Recurso n.º 142—recorrente, Dionizio José, filho de Luiz Paulino, da freguezia de Castello Melhor, concelho de Villa Nova de Foscôa, distrito da Guarda.

Recurso n.º 144—recorrente, Manuel Rodrigues Carolla, por seu filho João, da freguezia de Sampaio, concelho de Gouveia, distrito da Guarda.

Recurso n.º 145—recorrente, Manuel de Aguiar, por seu filho Francisco, da freguezia de S. Pedro, concelho de Trancoso, distrito da Guarda.

Recurso n.º 148—recorrente, Anna Joaquina, por seu filho José, da freguezia de Santa Maria, concelho de Trancoso, distrito da Guarda.

Recurso n.º 149—recorrente, Manuel Gomes, da freguezia de Vinhó, concelho de Gouveia, distrito da Guarda.

Recurso n.º 150—recorrente, Maria José, por seu filho Joaquim, da freguezia de S. Pedro, concelho de Trancoso, distrito da Guarda.

Recurso n.º 153—recorrente, Joaquim de Carvalho, filho de Julia Maria, da freguezia de Castello Melhor, concelho de Villa Nova de Foscôa, distrito da Guarda.

Recurso n.º 154—recorrente, Francisco, filho de José Antonio Velho, do lugar de Escalhão, concelho da Figueira de Castello Rodrigo, distrito da Guarda.

Recurso n.º 156—recorrente, Manuel Antonio, por seu filho José, da freguezia de Lagares, concelho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 157—recorrente, Rita Nunes, por seu filho Francisco, da freguezia de Villa Pouca da Beira, concelho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 158—recorrente, Anna Rita, por seu filho Francisco, da freguezia de Travanca, concelho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 162—recorrente, José Monteiro, por seu filho Antonio, da freguezia do Seixo, concelho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 168—recorrente, José Ferreira, por seu filho adoptivo Joaquim, da freguezia do Ervedal, concelho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 169—recorrente, Manuel Martins, por seu filho José, da freguezia de Travanca, concelho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 170—recorrente, Sebastiana Alves Ferreira, por seu filho Joaquim, da freguezia do Seixo do Ervedal, concelho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 172—recorrente, Joaquim Nunes Martins, por seu filho José, da freguezia de Nogueiras, concelho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 173—recorrente, José Fernandes Alves, por seu filho José, da freguezia do Seixo, concelho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 174—recorrente, Maria Joaquina, por seu filho José, da freguezia de Travanca, concelho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 178—recorrente, Francisco Antonio, filho de Antonio Francisco, da freguezia de Aldeia das Dez, concelho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 180—recorrentes, Manuel Correia e sua mulher Maria Fernandes, por seu filho Manuel, da freguezia do Ervedal, concelho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 181—recorrente, José Joaquim, viúvo, por seu filho José, da freguezia de Santo André, concelho de Poiares, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 182—recorrente, João Secco Ferreira, por seu filho José, da freguezia de Santo André, concelho de Poiares, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 184—recorrente, Joaquim Simões, por seu filho João, da freguezia de Santo André, concelho de Poiares, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 189—recorrente, Antonio dos Santos, filho de Manuel dos Santos, da freguezia de Nossa Senhora dos Anjos, concelho da villa da Lagoa, distrito de Ponta Delgada.

Recurso n.º 190—recorrente, José de Medeiros, filho de outro, da freguezia de Nossa Senhora do Rosario, concelho da villa da Lagoa, distrito de Ponta Delgada.

Recurso n.º 192—recorrente, Manuel Vieira, filho de José Vieira, da freguezia de Nossa Senhora dos Anjos, concelho da villa da Lagoa, distrito de Ponta Delgada; por não aproveitar aos recrutados a disposição do n.º 2.º do artigo 8.º da lei de 27 de julho de 1855.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Págo das Necessidades, em 14 de maio de 1860. —REI.

Está conforme.—Antonio de Nobrega.

Para constar, e para os fins designados no artigo 40.º da lei de 27 de julho de 1855, se passou a presente, que conferei com o chefe da respectiva repartição. Secretaria do conselho d'estado, em 23 de maio de 1860. —José Gabriel Holbeche, secretario geral.

Conferida.—O chefe da repartição do contencioso, João Antonio Ferreira de Passos.

TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Villa Pouca de Aguiar, no anno economico de 1857 a 1858, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: que importando a receita da camara municipal do concelho de Villa Pouca de Aguiar, no anno economico de 1857 a 1858, na quantia de 2:523\$125 réis, segundo o orçamento aprovado pelo conselho de distrito, não compete a este tribunal o julgamento d'esta conta, na conformidade do n.º 2.º do artigo 11.º do decreto de 19 de agosto ultimo, e mandam que o processo seja remetido ao governador civil de Villa Real, para fazer julgar a conta pelo conselho de distrito.

Tribunal de contas, 1.º de maio de 1860. —Sampaio, relator.—Lobo.—Paiva Pereira.—Correia Caldeira.—Fui presente, Blanc.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 11 de maio de 1860. —Caetano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Pantaleão Antonio Nogueira, como recebedor do concelho dos Olivais, desde o 1.º de julho de 1858 até 30 de junho de 1859, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: que visto o relatório a fl. 118, e liquidação fl. 2 da conta da responsabilidade de Pantaleão Antonio Nogueira, como recebedor do concelho dos Olivais, desde o 1.º de julho de 1858 até 30 de junho de 1859, por onde se mostra elevar-se o debito e o credito d'esta gerencia a uma indetida somma de 249:153\$938 réis, inclusas no credito as de 172:164\$805 réis em documentos de cobrança, e 2\$492 réis em numerario, que passaram por balanço a cargo do mesmo responsavel para a conta do seguinte anno economico de 1859 a 1860; vistos os resumos, demonstrações, recibos originaes, e demais documentos que comprovam as diferentes adições do debito e credito; e tendo o interessado declarado pelo requerimento fl. 119 que dispensava a citação, e se conformava com a conta; julgam o referido Pantaleão Antonio Nogueira quite com a fazenda publica na qualidade de recebedor do concelho dos Olivais pelo periodo que decorreu do 1.º de julho de 1858 até 30 de junho de 1859, passando a seu cargo para a conta do seguinte anno economico a indicada importancia de 172:167\$297 réis.

Lisboa, 8 de maio de 1860. —Paiva Pereira, relator.—Correia Caldeira.—Sampaio.—Lobo.—Fui presente, Simas.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 16 de maio de 1860. —Caetano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade do Antonio José da Cunha, sub-director da alfandega de Ponta da Barca, no anno economico de 1856 a 1857, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas, etc.: que, visto o presente processo de julgamento de contas do responsavel Antonio José da Cunha, na qualidade de sub-director da alfandega de Ponta da Barca, com respeito ao anno de 1856 a 1857; attendendo a que do estado de ajustamento da conta a fl. 1 e 2 se mostra que o debito importa em uma quantia igual ao credito, incluindo-se neste a somma de 425\$660 réis, que passam para a responsabilidade do sobredito responsavel no anno de 1857 a 1858; e conformando-se com o relatório da direcção e resposta fiscal; julgam a conta de que se trata justa nos termos acima especificados, e livre e quite o responsavel para com a fazenda publica.

Lisboa, 11 de maio de 1860. —Dr. Nogueira Soares, relator.—Larcher.—Albergaria.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 16 de maio de 1860. —Caetano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Francisco de Arruda Furtado, como thesoureiro pagador interino que foi do distrito de Ponta Delgada, desde 18 de julho de 1853 até 31 de outubro do mesmo anno, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que examinado o presente processo de liquidação e ajustamento da conta da responsabilidade de Francisco de Arruda Furtado, na qualidade de thesoureiro pagador interino que fora do distrito de Ponta Delgada, no periodo decorrido desde 18 de julho de 1853 até 31 de outubro do mesmo anno; vistas as demonstrações e documentos que acompanhavam o relatório fl. 24, e o primitivo estado da conta fl. 2, a que serviram de base e decorrem fl. 3 a fl. 23; vistas as informações fl. 32 e 36, e os documentos fl. 29, 30 e 31, a que as mesmas se referem, e em que se baseia o novo estado da conta fl. 34; se mostra que o debito da conta importa na somma de 87:788\$872 réis e o credito em outra somma inerteiramente igual, que se compõe de 52:706\$290 réis, que este responsavel despendera por ordem dos diferentes ministerios, como provam os competentes avisos de conformidade, fl. 6, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 29, 30 e 31; de 566\$000 réis, producto de letras que cobrara, e que se lhe haviam lançado no debito; e de 34:526\$582 réis, que, como se prova pelo documento fl. 22, passaram por balanço em transição para o novo thesoureiro pagador Jacinto Soares de Albergaria, que lhe succedera em 1 de novembro de 1853; e porque em taes termos a conta se acha plenamente balancada, e no processo se observaram todas as solemnidades substanciaes d'elle, como se manifesta a fl. 26 e 27, 33 e 36 v., julgam a presente conta, fl. 34, bem e devidamente ajustada, processada e comprovada, e consequentemente o responsavel Francisco de Arruda Furtado livre e quite para com a fazenda na qualidade de thesoureiro pagador interino que fora do distrito de Ponta Delgada desde 18 de julho de 1853 até 31 de outubro do mesmo anno; e declaram outrosim extintas as fianças respectivas a tal responsabilidade, e livres e desembaraçados os valores que á mesma estivessem sujeitos, quaesquer que elles fossem.

Lisboa, 11 de maio de 1860. —Albergaria, relator.—Dr. Nogueira Soares.—Larcher.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, em 23 de maio de 1860. —Caetano Francisco Pereira Garcez.

LYCEU NACIONAL DE LISBOA

O conselho do lyceu nacional de Lisboa manda annunciar que os requerimentos dos alumnos estranhos ao lyceu, que pretendam n'elle ser examinados no proximo mez de julho, se recebem desde já na caixa da secretaria do mesmo lyceu, provisoriamente estabelecida no edificio do largo do Poço Novo, com entrada pela rua dos Poyaes de S. Bento n.º 7; e que para regularidade d'este serviço tem resolvido que, passado o dia 16 do corrente mez, não seja attendido requerimento algum para o indicado fim, reservando-se o conselho a apreciar a justificação de alguma causa, com que posteriormente se pretenda mostrar a impossibilidade de ter requerido por si ou por outro no mencionado prazo.

Os examinandos, ou quem os represente, deverão n'um só requerimento declarar todos os exames

que pretendem fazer na indicada epocha, ainda mesmo os que hajam de depender do exito de outros, a que tenham de ser previamente admittidos; e no dia immediato á entrada do requerimento comparecerão na dita secretaria, não só para se informarem do despacho que tiverem obtido, mas tambem para procederem aos mais actos preparatorios que a lei determina, entendendo-se terem desistido da pretensão os que assim não tiverem praticado até o dia 18 do corrente mez, passado o qual dia se tratará de organizar as pautas dos examinandos, nas quaes serão somente incluídos os que tiverem satisfeito a todas estas prescripções legais.

Todos os requerimentos serão escriptos em papel com o sello da lei, e devem conter o nome, filiação, patria, idade, e actual residencia do examinando.

Secretaria do lyceu nacional de Lisboa, 1 de junho de 1860. —José Maria da Silveira Almendra, secretario.

REPARTIÇÃO DE SAUDE DO EXERCITO

Quem quizer fornecer, a prompto pagamento, generos de mercearia, pão, lenha e toucinho para consumo do hospital militar permanente de Lisboa no proximo trimestre, poderá comparecer no dia 14 do corrente mez, pelas dez horas da manhã, no referido hospital, á Estrella, onde, perante a commissão administrativa do mesmo, terá logar a arrematação com as condições n'este acto presentes.

Quem quizer fornecer, a prompto pagamento, carne de vacca para consumo do hospital militar permanente de Lisboa, pelo tempo que se convenienciar, poderá comparecer no dia 14 do corrente mez, pelas dez horas da manhã, no referido hospital, á Estrella, onde, perante a commissão administrativa, terá logar a arrematação com as condições que serão presentes.

Em 6 de junho de 1860. —Francisco de Assumpção, cirurgião em chefe do exercito.

CONSELHO DE SAUDE NAVAL E DO ULTRAMAR

Sendo necessario mandar para Timor um cirurgião aprovado por alguma das escolas do reino, abre-se concurso perante o conselho de saude naval e do ultramar para o provimento do referido logar. Os facultativos que se acharem nas circunstancias de desempenhar aquella commissão poderão entregar os seus requerimentos, devidamente documentados, no hospital da marinha, declarando as vantagens que pretendem.

Hospital da marinha, 7 de abril de 1860. —Dr.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE VILLA REAL

Mapa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio de Villa Real, no mez de abril de 1860

DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS	SELLADAS		NÃO SELLADAS		REGISTRADAS	
	CARTAS	JORNALS E IMPRESSOS	CARTAS	JORNALS E IMPRESSOS	DE OFFICIO	PARTICULARES
PARA SEREM DISTRIBUIDAS NO CIRCULO POSTAL DE VILLA REAL						
De posta interna.....	—	—	—	—	—	—
De terra e ilhas.....	2:862	2:709	99	53	1:278	5
De Hespanha.....	—	—	75	1	—	—
D'alem dos Pyreneos.....	—	—	2	—	—	—
Das provincias ultramarinas.....	—	—	—	—	—	—
De portos estrangeiros, por navios.....	—	—	35	—	—	—
De Inglaterra, pelos paquetes.....	—	—	1	—	—	—
Do Mediterraneo, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
Do porto do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	—	—	94	—	—	—
PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILHAS, ULTRAMAR E PAIZES ESTRANGEIROS						
Para terras do reino e ilhas.....	3:673	28	106	—	1:208	6
Para Hespanha.....	—	—	207	—	—	—
Para alem dos Pyreneos.....	—	—	—	—	—	—
Para as provincias ultramarinas.....	—	—	70	—	—	—
Para o Brazil, por navios.....	—	—	53	—	—	—
Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	—	—	—	—	—	—
Para Inglaterra, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
	6:594	2:737	742	54	2:486	11
No mez de abril de 1859 o movimento da correspondencia foi de	6:846	2:484	676	13	2:565	15

Nas correspondencias para terras do reino e ilhas, ultramar e paizes estrangeiros, são comprehendidas as de Villa Real, e as que de diversas terras vieram a esta administração para serem por aqui expedidas.

Administração central do correio de Villa Real, em 3 de maio de 1860. —O administrador, João Guedes de Carvalho e Menezes.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

EXTRACTO DA SESSÃO DE 4 DE JUNHO

PRESIDENTE O EX.º SR. VISCONDE DE LABORIM VICE-PRESIDENTE

Secretarios: os dignos pares (Conde de Mello (D. Pedro Brito do Rio.

(Assistia o sr. presidente do conselho de ministros.)

As tres horas da tarde, reunido numero legal, declarou o sr. presidente aberta a sessão.

Leu-se a acta da precedente, que se julgou approvada na conformidade do regimento, por não haver reclamação em contrario.

O sr. Presidente:—antes de ler a correspondencia, tenho a dizer á camara que, havendo hoje ido visitar o meu nobre amigo e collega o sr. visconde de Algés, o achei com muitas melhoras, mas não tantas que não esteja ainda impossibilitado de por algum tempo comparecer ás sessões.

O sr. secretario Conde de Mello:—den conta da seguinte correspondencia:

Tres officios da presidencia da camara dos srs. deputados enviando tres proposições, a primeira autorisando a venda dos diamantes em bruto, pertencentes á coroa, que existem ainda no banco de Portugal, e que faziam parte das pedras preciosas destinadas para a compra que se fez de 1.000.000\$000 réis em inscripções, empregando-se tambem em inscripções o seu producto, bem como o saldo que ficou da primeira operação; a segunda sobre serem applicaveis á alfandega do Funchal as disposições do decreto de 4 de novembro de 1852, a respeito dos direitos dos tecidos mixtos de seda e de outras materias primas; e a terceira autorisando a camara municipal da Anadia para contrahir um emprestimo com applicação á construção de uma estrada que ligue aquella villa com a estrada de Coimbra ao Porto.

A primeira e segunda enviadas á commissão de fazenda, e a terceira á commissão de administração publica.

—do digno par visconde de Algés participando continuar o seu impedimento, por molestia, de comparecer na camara.

O sr. Visconde de Gouveia:—declarou que a commissão encarregada de examinar os projectos que foram apresentados n'esta casa sobre vinculos já se acha constituída, e tem tido varias reuniões, ás quaes o seu relator não tem podido assistir. E por este motivo que em seu nome deu parte á camara d'esta organização. Foi nomeado presidente o sr. marquez de Loulé; relator, o sr. José Maria Eugenio de Almeida; e secretario, o sr. visconde de Balsemão.

O sr. Presidente:—disse que a camara ficava inteirada.

Manuel Maria Rodrigues de Bastos, presidente do conselho de saude naval e do ultramar.

INTENDENCIA DAS OBRAS PUBLICAS DO DISTRITO DE LISBOA

A intendencia das obras publicas do distrito de Lisboa precisa comprar vinte milheiros de tijolo inteiro para as obras da Ribeirinha: as pessoas que pretendem tomar esta arrematação devem comparecer na dita intendencia no dia 18 do corrente mez de junho, ao meio dia, aonde, em vista dos longos offerecidos, se arrematará a quem por menos o fizer, com as condições que se acham patentes n'esta intendencia.

Lisboa, 11 de junho de 1860. —O contador interno, Antonio Fernandes Leal Junior.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que sairá a 12 do corrente, para Cadiz, Mogador, Gran-Canarias e Tenerife, o vapor *Derwent*.

A correspondencia será lançada na caixa geral até ás dez horas, e na da estação postal do Terreiro do Paço até ás dez e meia horas da manhã do dito dia.

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que sairão, a 13 do corrente, para S. Miguel, Terceira, S. Jorge e Fayal, o vapor *Agonizante*; e a 16, para o Rio Grande do Sul, o patacho *Paquete do Minho*.

A correspondencia será lançada na caixa geral até aos referidos dias, e na da estação postal do Terreiro do Paço meia hora antes da que ali for annunciada para a mala ser levada a bordo.

Administração central do correio de Lisboa, em 11 de junho de 1860. —O administrador, Luiz José Botelho Seabra.

CARTAS E JORNALS RETIDOS POR FALTA DE SELLOS

Azevedo (capitão), Amalia Salustiana de Jesus Saldanha — Balbina Rosa — Francisca Caetana da Silva Ferraz — Germano Xavier de Magalhães, Guilherme Quintino de Avelar — Ildefonso Gomes da Silva, Izidro Fernandes, João Augusto Ribeiro Chaves, João José de Carvalho, José Silveira — Luiz Alves Pinto Bastos — Maria Carolina Ribeiro Lima, Maria da Conceição, Maria Joana de Figueiredo Cardoso — Remigio de Carvalho, Rodrigo de Moraes Soares.

Administração central do correio de Lisboa, em 11 de junho de 1860.

nosso paiz, que não é rico, dá a algumas viúvas pensões tão grandes, que ficam tendo maior vencimento do que seus maridos, quando eram vivos! (apoiados.) E isto não acontece senão em Portugal! (Vozes: — é verdade, apoiados.) A rica Inglaterra não dá pensões d'este modo, ha ali bases certas, partindo de principios, pelas quaes ha facilidade de requerer sem direito absoluto de haver, e alem disso, quando se estabelece uma pensão, é em harmonia com o ordenado que tinha o servidor do estado, a cuja viúva aquella pensão se deve dar. Ha outro artigo na lei de Inglaterra e vem a ser, que d'aquelle que casa á hora da morte não tem a viúva o direito de receber pensão alguma. Ainda mais quando a familia de qualquer servidor do estado, privada do seu chefe, possue uma riqueza conhecida, tambem não tem direito a receber pensão (apoiado), porque se entende que, se muito viveu o individuo e serviu o estado, muito lhe pagou a nação para compensar seus servicos.

O orador deseja que o governo não deixe correr esta sessão, sem ouvir a commissão, que julga ainda está nomeada, e que effectivamente se apresente um projecto sobre o assumpto. (O sr. Visconde de Balsemão:—peço a palavra.)

O digno par, que encetou esta pequena discussão, pediu que uma pensão se desse ás desgraçadas viúvas dos que haviam sido victimas do naufragio do brigue *Mondego*. Dê-se essa pensão, mas veja-se primeiro se ella deve ser dada no mesmo grau da que se deu ás viúvas das victimas da fragata *D. Maria II*. Antes d'elle, orador, entrar para o ministerio, em 1851, o seu amigo o digno par o sr. visconde de Castellões propoz ás cortes, e obteve, pensões para as familias dos que pereceram no incendio d'aquella fragata. Algumas viúvas não tinham sido contempladas por não terem requerido a tempo. Era portanto do dever d'elle, orador, pedir, o que fez, para que estas pensões fossem iguaes ás que se haviam dado ás outras participantas do mesmo infortunio.

Já se vê portanto que estas pensões não podiam ser inferiores em quantia ás que já precedentemente se haviam dado. Fazia esta observação a fim de que das novas pensões, que acha devidas, se tenha em vista a relação dos vencimentos dos fallecidos. O orador declara aos srs. ministros que as pensões que vierem a esta camara, em que viúvas fiquem com maior rendimento do que seus maridos tinham, devem ser immediatamente rejeitadas. Quando vê um governador civil com 50\$000 réis mensaes, para satisfazer ao serviço activo, que sempre tem, e á sua representação que é grande, e vê depois votar-se 110\$000 réis mensaes de pensão a algumas viúvas, não sabe combinar a justiça relativa n'esta distribuição.

Sabe, porque já assim acontecia no tempo em que fazia parte da administração, que os srs. ministros têm muitos requerimentos pedindo pensões, que são de justiça darem-se, mas é preciso que se não dê tudo a uns e nada a outros. E este o ponto em que desejava fazer algumas observações, e n'este sentido já tinha fallado ao seu amigo o sr. ministro da guerra.

Aproveita a occasião de ter a palavra para pedir aos srs. ministros presentes queiram transmitir ao sr. ministro do reino o desejo que elle orador tem, de que s. ex.ª se explique sobre o negocio que passa a enunciar; vem a ser, sobre a despeza que se faz na academia das sciencias, para continuar com as obras do visconde de Santarem. O orçamento actual indica para este fim a verba de 6:000\$000 réis por anno, notando á margem a carta de lei de 15 de julho de 1857. Ora esta despeza não foi votada, eré o orador; e tanto assim que uma lei que veio a esta camara para esse fim não chegou a ser discutida. Tem-se publicado dois volumes (16.º e 17.º) em continuação das obras do visconde de Santarem, que muito honram o illustre litterato que foi encarregado d'este trabalho; e valiosissimos por certo são os prologos d'estes dois livros. Alem d'estes ha dois volumes das *Lendas da India*, e talvez que mais algumas obras estejam encetadas, mas de que o publico não tem conhecimento. Não entra

facto que esse systema vem de antiga data. Seja-lhe porém permitido declarar, que muitas vezes o ministro da coroa não sabe como se hão de resolver os pedidos de pensões, achando-se n'estes requerimentos muito embaraçados os ministros. Esse mal e essas difficuldades hão de subsistir, em quanto não houver uma lei que regule o modo e circumstancias de se decretar (apoiados). Estas difficuldades têm-lhe feito reconhecer a imperiosa necessidade de apresentar um projecto de lei á camara dos srs. deputados: mas desde já diz sr. sua opinião que as pensões só devem ser dadas ás viúvas e ás filhas; pois não unicamente estas que entendem dever usufruir pensões (apoiados). E também necessario estabelecer o maximo e o minimo a que as pensões devem ser reduzidas, para não ficar isso a arbitrio, o que não succederá determinando-se o quantum. E igualmente conveniente marcar as circumstancias que devem revestir as pessoas a quem houver de dar-se pensões, e formar uma tabella na qual tudo isto se consigne. Isto que acaba de expor é na qualidade de ministro da guerra, porque das que são relativas a este ministerio é que falla: acrescentando contudo sr. opinião sua que as pensões devem dar-se a todas, ou a nenhuma, mas nunca continuar-se a seguir o systema até hoje adoptado, e só darem-se ás que verdadeiramente tiverem necessidade, e não a viúvas que sustentam caruagens e luxo (apoiados).

O facto verdadeiro é, que se têm dado a viúvas pensões de somma superior aos vencimentos que percebiam seus maridos! A nação não pôde com isto (apoiados). De si diz, que sendo casado, e com uma senhora mais moça do que elle orador, o que naturalmente fará com que morra primeiro do que ella, e sendo certo também que ella não é rica, já se percebe que está fallando contra os interesses futuros d'ella, o que não lhe importa, porque deve fallar verdade e attender ao estado do paiz; estado para que todos devem olhar com attenção, oppondo-se á continuacão das irregularidades com que se tem andado no decretamento das pensões. E seja-lhe lícito por esta occasião referir de passagem um facto succedido ha pouco, que foi: uma senhora viúva, que tem a pensão de... réis, mandou-lhe pedir que elle orador propozesse o augmento de mais... réis para assim vir a receber... réis, a que respondeu que tal não faria, não só porque as circumstancias em que ella se achava não eram de miseria, tendo, como era reconhecido, uma carruagem e parelha, que podia affimar ser melhor que a d'elle orador; mas também porque isso importava um escandaloso em presença do estado de penuria em que se acham muitas outras viúvas de militares a quem se não têm dado pensões, e algumas com direito e justiça (apoiados).

Tudo isto mostra a grande necessidade que ha de se cortar o arbitrio, e de estabelecer e regular o assumpto por via de uma lei. O official morto em combate deve legar á sua viúva uma melhor pensão do que aquelle que morre no leito, porque aquelle é ella devida em recompensa dos seus serviços extraordinarios. No entretanto não é justo que se deixem ao abandono as viúvas e filhas d'aquelles que seguiram a carreira militar: dêem-se também a estas, pensões, mas menores (Vozes:—muito bem).

O sr. Presidente do conselho de ministros (Aguar):—disse que o seu collega o sr. ministro da guerra, pelo que acabava de dizer, o dispensava de acrescentar alguma cousa mais sobre o assumpto; apenas diria, portanto, que reconhece desde muito tempo a necessidade de acabar com este estado, e de estabelecer regras fixas, em vista das quaes se decretam as pensões, porque, com quanto seja grande o desejo do governo de fazer justiça, succede que muitas vezes as importunações das familias, que perderam o seu chefe, dão em resultado essas desigualdades que se indicaram, e que são de todas sabidas. Para que ellas, pois, não continuem é que o governo, e não falla só d'este governo, mas também dos passados, têm reconhecido a precisão da feitura de uma lei que prescreva as regras a seguir na concessão das pensões. É facto que se têm nomeado commissões para confeccionar esse trabalho, mas taes são as difficuldades que se têm apresentado, que até agora não se pôde chegar ao pretendido resultado. A administração actual occupar-se-ha d'este importante assumpto, para em tempo proprio o apresentar ao parlamento, com quanto não desconheça que se não devem deixar á mingua, e soffrer privações, as viúvas e filhas d'esses servidores do estado, só porque não se acha feita uma lei (apoiados).

Em quanto ao assumpto de que fallou o digno par o sr. visconde d'Atthouga, relativamente ao subsidio votado para a academia das sciencias, elle, orador, se encarega de o communicar ao seu collega da pasta do reino, a fim de satisfazer os desejos do digno par, o que o orador não está habilitado a fazer, porque, como s. ex.ª sabe, esse negocio não foi tratado pela actual administração.

O sr. Visconde de Fontes Arcada:—disse que também concordava na necessidade que ha de que se faça quanto antes uma lei sobre pensões, porque elle orador não queria que ellas sejam dadas por patronato dos ministros, mas sim em virtude da lei. Que esta era a sua opinião desde antigo tempo; e que por isso muito estima ver que tanto o sr. presidente do conselho como o sr. ministro da guerra são da mesma opinião. Convinha por tanto fazer uma lei, em virtude da qual as viúvas, filhas e mães dos que perecerem em serviço, e que estejam desamparadas, contem com o que a nação lhes poderá dar, a fim de não morrerem á fome; e sem que isso seja filho do favor dos ministros como até agora tem sido; que se essa lei estivesse já feita não succederia o que referiu o digno par visconde da Luz. Que, se elle hoje tocava n'este assumpto, foi pelo desejo justo que tem de que haja para as familias dos individuos, victimas do infeliz acontecimento succedido ao brigadeiro Mondego, as mesmas considerações que houve para as familias dos que morreram a bordo da fragata D. Maria II. E isto a que elle se limitava; e não pôde ser suspeito de querer muito para esta gente, apontando o exemplo do que se fizera por occasião do sinistro que aconteceu á fragata, porque ignorava o que se deu áquellas familias. Acha porém, que é de justiça dar-se a estas infelizes alguma cousa para sua sustentação (apoiados).

O sr. Visconde de Athouga:—dá-se por completamente satisfeito com as respostas dos srs. presidente do conselho e ministro da guerra, a respeito das pensões, e pede aos dignos pares acreditem que as suas expressões não eram com referencia a s. ex.ª. Portanto, todos estão de accordo n'este objecto. No fim das sessões apresentam-se n'esta casa muitos projectos, e vota-se sem se saber o que se vota (apoiados): o orador deseja que o paiz fizesse sabendo desde já, em primeiro lugar, que não ha de votar para qualquer viúva nenhuma pensão, que seja maior que o vencimento que seu marido usufruiu (apoiados); e em segundo lugar, que não votará também pensões para as que casam á hora da morte (apoiados), nem tão pouco ás que possuem bens proprios, com excepção das que forem dadas por serviços revelantissimos feitos ao estado: porque n'este caso ha remuneração de serviços, e não um pagamento alimenticio para viúvas dos fallecidos que servindo o estado só fizeram o seu dever. Com esta declaração a sua consciencia fica livre, e os srs. ministros farão o que entenderem.

O sr. Visconde de Balsemão:—sr. presidente, eu não posso deixar de dizer algumas palavras sobre

este objecto, porque sou de opinião, em parte, com o que disse o sr. visconde de Athouga, e acabou de dizer o sr. ministro da guerra. No ministerio do sr. duque de Saldanha nomeou-se uma commissão de que foram membros os srs. conselheiros Avila, que era o presidente, Casal Ribeiro, conselheiro Lobo, Bartholomeu dos Martyres, Sequeira Pinto, e eu também tive a honra de fazer parte d'esta commissão. O governo mandou á commissão todos os esclarecimentos de que carecia, e mandou vir dos paizes estrangeiros tudo quanto havia a respeito de pensões; mas a commissão viu-se em taes embaraços para formular uma lei a este respeito, por isso que as leis que tinha presentes, ou a maior parte d'ellas, não se podiam accommodar com o systema que estava adoptado entre nós, porque a maior parte baseavam-se em principios que nós não temos, como por exemplo, em França, onde as pensões se baseiam n'uma especie de monte pio, porque as pensionistas só tinham direito a uma pensão, quando mostrassem que o fallecido havia contribuido para essa pensão. Mas entre nós não se segue esse systema, porque em geral ali as pensões eram muito pequenas, e algumas taes, que, mesmo com relação aos officiaes superiores, não igualavam as nossas pensões para os empregados subalternos. Havia também outro grande embaraço para a commissão, que era marcar n'esta lei o tempo de serviço para que os empregados publicos podessem ter direito á sua reforma, porque esta commissão não era encarregada só de fazer um projecto relativo a pensões, mas também a respeito de reformas, e tudo mais que tivesse relação com o serviço publico. Havia também a magistratura que já tinha um terço mais do seu vencimento, passado certo tempo de serviço; havia também a universidade de Coimbra que já tinha uma lei especial, e havia só a classe dos serviços feitos na administração publica, que não tinha compensação alguma pelas nossas leis. Portanto, a commissão entendeu que devia refundir toda a legislação e fazer uma lei geral sobre pensões, e com effeito alguns projectos se elaboraram n'este sentido; porém quando a commissão estava trabalhando n'isso, o governo assentou que fazia um grande serviço ao paiz, mandando o seu presidente para fora do reino á exposição, e por este motivo ficou a commissão sem continuar os seus trabalhos, e assim está até hoje. Depois appareceu um grande projecto sobre pensões e reformas, que o sr. Avila tomou por seu, e como membro do gabinete que então era, apresentou á camara dos srs. deputados. Este projecto lá está, mas não sei que andamento tem tido, nem qual foi o caminho que levou, e digo só que a commissão deu por acabada a sua tarefa, ainda que não está dissolvida de direito, mas está de facto.

O sr. Visconde de Castro:—peço a palavra sobre a ordem.

O orador:—por consequencia entendo que nós não podemos continuar assim, e que é de toda a urgencia que o governo apresente as bases para estas pensões; porque entendo também como o sr. visconde de Athouga; que, se a pensão é unicamente para acudir ás necessidades das viúvas de qualquer empregado publico, não se deve abandonar essa classe desgraçada (apoiados); mas, se as pensões são uma remuneração de serviços prestados ao paiz, então devem ser para todos segundo as posses do estado (apoiados): e eu entendo que uma pensão nunca deve ser uma remuneração de serviços, só para as pessoas necessitadas, porque entendo que o estado poderá por outro modo remunerar esses serviços relevantes. Portanto, n'esta parte, estou de accordo com os illustres oradores, que acabaram de fallar; mas parece-me que o governo deve apresentar uma base, antes que, venha por meio mais alguma pensão, porque entendo que, assim como se têm dado a pessoas de graduacão superior, no mesmo caso está o soldado, se a pensão foi concedida em consequencia de relevantes serviços, e então peço aos srs. ministros que apresentem ao parlamento um projecto de lei sobre este objecto, que nos tire d'este embaraço (apoiados).

O sr. Presidente:—tem a palavra o sr. visconde de Castro sobre a ordem.

O sr. Visconde de Castro:—é para mandar para a mesa um parecer das commissões de fazenda e do regimento.

O sr. Presidente:—vae ler-se na mesa.

(Leu-se.)

O sr. Presidente:—ha de imprimir-se para se discutir opportunamente. Tem agora o sr. marquez de Niza a palavra.

O sr. Marquez de Niza:—expoz terem passado já bastantes sessões desde que mandou para a mesa uma nota de interpellação ao sr. ministro das obras publicas, em relação ás estações suprimidas no caminho de ferro. S. ex.ª já tem vindo á camara algumas vezes depois d'isto, mas elle, orador, para se conformar com os usos d'esta casa, esperou que s. ex.ª dissesse quando estava prompto para responder á dita interpellação, e admira-se que depois de tanto tempo ainda o sr. ministro se não achesse habilitado para lhe satisfazer sobre este objecto. Diz estimar esta demora, porque se s. ex.ª tivesse respondido logo, naturalmente responderia da forma porque o fez na outra camara (que in providenciar); e agora que tempo tem decorrido para o assumpto, talvez diga que não ha que providenciar; e com isto elle, orador, se conformará.

Por tanto pede ao sr. presidente que tenha a bondade de lhe dizer se effectivamente se expediu esta nota de interpellação ao sr. ministro das obras publicas, e se não houve resposta alguma?

O sr. Presidente:—cu posso dizer a v. ex.ª que logo que os dignos pares apresentam as suas notas de interpellação por escripto, ellas são immediatamente expedidas, e portanto creio também que se fez essa participação ao sr. ministro das obras publicas. Mas para verificar o que acabo de dizer, vou mandar indagar na secretaria.

O sr. Presidente do conselho (Aguar):—presume que o digno par o sr. marquez de Niza não pôde tirar da falta de comparência do sr. ministro das obras publicas as illações que tirou. Não creio que s. ex.ª tenha deixado do comparecer n'esta camara, por não estar habilitado para responder sobre o objecto, e também não lhe parece que se possa tirar d'aqui a illação de que não ha tenção de providenciar alguma cousa a respeito da supressão de algumas estações do caminho de ferro.

Sabido é que pesa sobre este ministerio um grande numero de trabalhos importantes, que reclamam a maior parte do tempo, aos respectivos ministros, e portanto não é impossivel que na affluencia de tantos negocios, e tão importantes, s. ex.ª deixasse de ter em consideração também este, mas elle, orador encarega-se de lhe communicar segunda vez, se é necessario, o que, segundo as regras geras adoptadas, pela mesa lhe foi já communicado, e está certo de que o seu collega ha de comparecer, sendo previamente avisado o sr. marquez, para também estar presente.

O sr. Presidente:—devo dizer ao digno par que a mesa cumpriu o seu dever, mandando expedir a nota de interpellação; mas parece-me agora ser inutil fazer nova participação, visto que o sr. presidente do conselho se encarregou de o participar ao sr. ministro respectivo.

O sr. Marquez de Niza:—deu-se por satisfeito com as respostas do sr. presidente da camara e presidente do conselho.

O sr. Visconde de Gouveia:—ainda que se não ache presente o sr. marquez de Vallada, que pro-

poz na sessão passada uma interpellação ao sr. ministro da justiça sobre o negocio da moeda falsa, como eu pedi para tomar parte no ultimo capitulo d'essa interpellação, desejava saber se se fez a competente participação ao sr. ministro, porque então pediria que ella fosse dada para a ordem do dia da sessão seguinte.

O sr. Presidente:—foz-se a participação do escripto.

Nenhuns dos srs. relatores das commissões tem pareces a apresentar?

(Pausa.)

Por consequencia na mesa não ha mais do que o parecer apresentado pelo sr. visconde de Castro, que se ha de imprimir e ser distribuido por casa dos dignos pares. Portanto a primeira sessão só pôde ter lugar na sexta-feira, porque na quarta-feira a camara ha de constituir-se em tribunal de justiça. Está fechada a presente sessão.—Eram quatro horas da tarde.

Relação dos dignos pares, que estiveram presentes na sessão do dia 4 de junho de 1860.

Os srs. visconde de Laborim; cardeal patriarcha; marquez de Niza; archbispo de Evora; condes das Alcaçovas, de Alva, do Bomfim, do Farrobo, da Louza, de Mello, da Ponte, da Ponte de Santa Maria; bispos de Coimbra, da Guarda; viscondes de Athouga, de Balsemão, de Benagazil, de Campanha, de Castellos, de Castro, de Fonte Arcada, de Gouveia, da Luz, de Ovar; barões da Arruda, de Porto de Moz, da Vargem da Ordem; Pereira Coutinho, Felix Pereira de Magalhães, Margioli, Aguiar, Larcher, Brito do Rio, e Aquino de Carvalho.

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 11 DE JUNHO

PRESENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Á meia hora da tarde verificou-se, pela chamada, estarem presentes 81 srs. deputados.

O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.º Do sr. Calça e Pina, de que por motivo justificado não tem comparecido ás sessões da camara desde 28 de maio ultimo.—Inteirada.

2.º Do sr. Encarnação Coelho, de que por incommodo de saúde não pôde assistir á sessão de sabbado ultimo.—Inteirada.

3.º Do sr. Luiz Albano, de que o sr. Diogo Forjaz tem faltado ás sessões, e faltará ainda a mais algumas, por motivo justificado.—Inteirada.

4.º Um officio do sr. Posser, participando que não pôde comparecer á sessão de hoje e talvez a mais algumas, por incommodo de saúde.—Inteirada.

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do ministerio do reino, participando que por estar na imprensa nacional, para se imprimir, a consulta da junta geral do districto de Santarem de 1859, não pôde por agora ser remetida á camara, como requereu o sr. D. José do Alarcão.—Para a secretaria.

2.º Do ministerio dos negocios estrangeiros, participando que nada consta n'este ministerio a respeito das irms de caridade, satisfazendo assim a um requerimento do sr. Ferrer.—Para a secretaria.

3.º Do ministerio da fazenda, devolvendo, com as informações que lhe foram pedidas, o requerimento em que D. Ismenia Maria das Dores de Castro Galvão, para poder receber conjuntamente com a pensão que disfrutava o monte pio a que se julga com direito pelo fallecimento de seu paiz.—A commissão de fazenda.

4.º Uma representação da camara municipal de Pombal, pedindo que se não altere a directriz do caminho de ferro do norte.—Ao governo.

5.º De varios cidadãos da comarca de villa Franca do Campo, pedindo a conservação da relação dos Açores.—A commissão de legislação e de estatística.

6.º Do administrador e mais habitantes da villa do Porto, na ilha de Santa Maria, pedindo a conservação da relação dos Açores.—As mesmas commissões.

7.º De varios cidadãos de Ponta Delgada e da villa do Porto, no mesmo sentido que as antecedentes.—As mesmas commissões.

8.º Da mesa da ordem terceira de S. Francisco, da cidade do Porto, pedindo providencias para o pagamento do papel moeda.—A commissão de fazenda.

9.º De varios militares, pedindo a revogação do decreto de 22 de agosto de 1843, que reduziu a metade o vencimento das pensionistas do monte pio militar.—A mesma commissão.

10.º Da junta de parochia de Palmella, pedindo a reconstrução do seu concelho.—A commissão de estatística.

11.º Das religiosas do convento de Semide, contra a desamortização dos bens das freiras.—A commissão de fazenda.

12.º Do juiz e mesarios do compromisso marítimo da villa de Olhão, pedindo que os barcos de pequena lotação sejam dispensados de pilotagem.—A commissão de commercio.

13.º Da academia polytechnica do Porto, pedindo que se creie novamente a 6.ª cadeira da mesma academia.—A commissão de instrução publica.

Dá-se expediente pela mesa ao seguinte requerimento:

«Requerio que se renovem os requerimentos, que por vezes tenho feito, para serem satisfeitos pelo ministerio das obras publicas, a fim d'aquelle ministerio responder a esta camara, pois ha mais de um anno que estão pendentes para serem cumpridos (alguns d'elles já são da camara dissolvida) e todos renovados no principio da presente sessão.—O deputado pelos Arcos, Plácido de Abreu.»

É enviado ao governo.

Também se dá expediente pela mesa á seguinte nota de interpellação:

«Desejamos interpellar o sr. ministro da guerra acerca do andamento que tem levado o projectado concerto da contracscarpa da praça de Peniche.»

Desejamos igualmente saber se s. ex.ª mandou levantar a somma de 1.000\$000 réis destinada á dita obra, e que se acha nos cofres do commando da mesma praça.

Sala das sessões, 9 de junho de 1860.—Augusto Zeferino Rodrigues, deputado pelo circulo do Cadaval.—F. L. Mousinho de Albuquerque.—Conde da Torre, deputado pelas Caldas da Rainha.

Manda-se fazer a communicacão.

Tem segunda leitura os seguintes projectos de lei:

1.º Do sr. Bivar, para ser restituído o concelho da villa do Bispo, no districto de Faro.

É admittido e enviado á commissão de estatística.

2.º Do sr. Moraes Soares, autorizando o governo a organizar as exposições de productos agricolas e pecuarios, de machinas e instrumentos rurais, bem como os congressos agricolas.

É admittido e enviado á commissão de agricultura, ouvida a de fazenda; e mandado publicar no *Diário da Lisboa*.

O sr. Arroyos:—sente ver desertas as cadeiras dos srs. ministros durante semanas seguidas, em quanto não se entra na ordem do dia, parecendo-lhe que a falta que o governo pratica com tal reincidencia que parece systema de não estar na camara

antes da ordem do dia, é o principal motivo de se abrirem as sessões á uma hora da tarde, como hoje aconteceu. Se os srs. ministros estivessem n'esta casa ás onze horas e meia haveria sempre numero a essa hora, e os trabalhos correriam regularmente; mas parece que o que se tem desajado é abandonar os negocios nas commissões; haverem de dia meias sessões, para nos ultimos tempos haverem meias sessões nocturnas e meias sessões diurnas, aonde tudo se approva sem quasi se discutir.

E o procedimento do governo não só produz os inconvenientes da retardação dos trabalhos, mas também priva os srs. deputados de um sagrado direito, qual o de fazerem interpellações ao governo. A camara não só faz leis, mas vigia pelo cumprimento d'ellas, e reclama do governo as necessarias medidas exigidas pelo bem publico, e este direito, não podendo exercer-se senão antes do orden do dia, os srs. ministros não apparecem aqui n'esse tempo, e d'este modo lá deixam dentro das suas pastas os direitos da camara.

Não propõe convite nenhum ao governo para vir á camara, porque o governo desprezaria qualquer resolução; o paiz vê o procedimento do governo e o julga, e se isso lhe é indifferente, muito mais lhe seria corresponder a um convite.

Por isso vai propor um expediente muitas vezes usado e que só tem relação com a camara, consistindo em que se destinem um dia por semana para as interpellações.

Não assegura que seja este o melhor systema; adopte-se outro, mas não se acenhem na mesa durante uma sessão toda dezenas de interpellações, para ficarem, por este novo meio de indeferir, pendentes eternamente.

Desde o meado de maio que tem concedida a palavra para quando estiverem presentes dois srs. ministros, e até hoje ainda nenhum d'elles veio antes da ordem do dia á camara!

Ao sr. ministro do reino, por exemplo, tem a interpellação pela desatencão com que têm sido tratados os relevantes serviços prestados por occasião das invasões da cholera morbus e febre amarella em Lisboa; porque em quanto pelos ministerios da guerra e da fazenda se concederam os servidores do estado dependentes d'aquellas repartições, abandonam-se a classe medica e as commissões de socorros que fizeram os principaes e mais arriscados serviços!

Realmente é grave uma tal injustiça, e carece portanto que o governo a remedie, ou que o parlamento se pronuncie em tão importante questão.

O vergonhoso estado em que se acha uma espedunha a que chamam lazareto, onde cabem mal 80 pessoas, em quanto se acham 500 e 600 pessoas muitas vezes no porto de Lisboa em quarentena.

Quer chamar a attenção da camara para este estado, quando o sr. ministro do reino explicar á camara os motivos da inercia do governo em relação á abandonada questão do lazareto.

O governo está habilitado com recursos importantes para a construcção de um lazareto, e é inexplicavel que até hoje nem a primeira pedra para a construcção de um lazareto para pessoas tenha sido assente.

O sr. ministro promettou ha mais de um mez na camara dos pares que ia começar aquelles trabalhos, mas até hoje nada se tinha visto, o que aggrava mais a incuria com que a saúde publica e a entrada do Tejo têm sido tratadas.

Reserva-se para dizer mais quando se discutir a sua proposta, e conclue mandando-a para a mesa.

O sr. Telles de Vasconcellos:—manda também para a mesa a seguinte proposta, de que pede a urgencia:

«Propunho que se ponha em ordem do dia o projecto n.º 40, para entrar em discussão depois do projecto que na actualidade se discute.—Telles de Vasconcellos.»

Julgada urgente entra em discussão.

O sr. Justino de Freitas:—a camara sabe os negocios importantes que tem a decidir no curto espaço que lhe resta, e não se pôde occupar nem dar prioridade a negocios que são secundarios; por consequencia oppõe-se a que entre em discussão semelhante objecto, e que o sr. presidente seja o juiz para avaliar as propostas que se devem discutir.

O sr. Telles de Vasconcellos:—parece-lhe poder deduzir-se das palavras do illustre deputado, que elle, orador, não julgava o sr. presidente a pessoa competente para dirigir os trabalhos da camara, mas não é assim; fez o seu requerimento unicamente por ver que a proposta a que se refere é tão simples e de tanta justiça, que lhe parece que sendo presentes á camara todos os documentos em que ella se funda, ninguém a contestará; e por consequencia os argumentos do illustre deputado não podem ter cabimento.

A requerimento do sr. Silva e Cunha julga-se a materia discutida, e é approvada a proposta.

O sr. Thiago Hortá:—pede ao sr. presidente que, quando for possivel, faça continuar a discussão do projecto n.º 25.

O sr. Mousinho de Albuquerque:—len no *Diário da Lisboa* de hoje que a secretaria d'estado dos negocios da fazenda, enviou á commissão do mesmo nome d'esta casa, a informação que precisava para poder dar o seu parecer sobre o projecto de lei relativo á fabrica de vidros da Marinha Grande. Este projecto é pelo menos tão importante como o projecto de *Sinfies*, cuja urgencia a camara acaba de votar! Espera que a commissão dê o seu parecer a tempo de se discutir ainda n'essa sessão.

Quando viu no *Diário* tanto expediente das secretarias d'estado, lisongeou-se um momento que leria também alguma cousa sobre a informação pedida pela commissão de fazenda em relação ao requerimento da veneravel ordem terceira de S. Francisco de Leiria, para lhe ser concedida a igreja d'este nome na mesma cidade. Enganou-se. Este negocio não sabe porque é mal fadado. Não ha deputado por Leiria que em todas as legislaturas não tenha apresentado requerimento analogo. Reitera os seus pedidos ao sr. ministro, que estima ver presente, para que ordene a repartição dos proprios nacionaes não continue a demorar a necessaria informação.

O sr. Silva Cabral:—manda para a mesa uma representação dos cidadãos contribuintes do concelho de Amares com quatrocentas trinta e uma assignaturas, contra as medidas financeiras apresentadas pelo governo.

PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA

LEITURA DE PARCELES DE COMMISSÕES

Lê-se um parecer da commissão de petições, sobre o requerimento de D. Maria Candida Amorim do Amaral, viúva de Agostinho José do Amaral, cirurgião ajudante do batalhão de caçadores n.º 1, que em attenção á sua pobreza pede uma pensão, sendo a commissão de parecer que o pedido não compete á camara.

O sr. Plácido de Abreu:—estas pretendentes que vêm pedir pensão á camara, tem-nas pedido ao governo; o governo não as attende, e ellas vêm pedir justiça á camara, e a camara resolve que não compete á camara, e resolve bem; entretanto é necessario que se tome algum expediente para que estas pretendentes achem justiça em alguma parte.

Pede ao sr. ministro da fazenda que lhes declare se o governo tem tenção de trazer alguma proposta que regule a concessão de pensões. Tem instado por este assumpto n'esta sessão, e em muitas outras, e tem tenção de apresentar um projecto de lei a este

respeito, que é o do sr. Avila (a quem pediu permissão), quando ministro da fazenda; mas conheço que sem o governo tomar a iniciativa n'esta questão, a dos srs. deputados morre perante as commissões. Deseja pois que o sr. ministro lhe diga alguma cousa a este respeito.

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro):—reconhece a necessidade que ha de regular de uma maneira conveniente e permanente este objecto de pensões. O governo não se compromette a apresentar n'esta sessão proposta alguma a esse respeito; mas apresenta-la-ha na proxima sessão, não julgando necessario declarar quaes as bases sobre que ella deve assentar. Agora a camara apreciando os fundamentos e a justiça relativa das differentes propostas que são submettidas á sua deliberação, pôde approvar-las ou não segundo entender que é de justiça.

O sr. Plácido de Abreu:—agradeço ao sr. ministro da fazenda as explicações que acaba de dar, e confiando na sua promessa, declara que desisto por em quanto da apresentação do projecto a que ha pouco alludiu, e para a qual estava inscripto.

Posto á votação o parecer é approvado.

Entra em discussão o parecer da commissão de instrução publica, acerca da representação da camara municipal da villa de Tondella, pedindo a restituição da cadeira de grammatica latina que ali existia até 1834.—A commissão é de parecer que esta representação seja remetida ao governo para a tomar na devida consideração.

É approvado sem discussão.

O sr. Rodrigues Sampaio:—manda para a mesa por parte da commissão de poderes o seguinte parecer:

A commissão de verificação de poderes examinou o processo eleitoral do circulo da Horta n.º 1, e o resultado do seu exame foi o seguinte: Assembléas eleitoraes 7.—Numero real dos votantes 1.351.

Majoria absoluta 676.

O sr. Antonio Vicente Peixoto obteve 1.340 votos.

Não houve reclamação alguma.

Na assembléa da ilha do Corvo, o numero das descargas é de 98, e o das listas recebidas de 95. Na assembléa dos Cedros diz a acta que o numero dos votantes fora do 307, e o das listas entradas na urna de 155.

A commissão examinando o caderno do recenseamento achou que o numero dos recenseados é que era de 307, e que o das descargas dos electores que concorreram á urna era de 155, que combinava com o das listas recebidas e contadas. Este equivooco não invalida a eleição nem diminui a sinceridade d'ella.

A commissão de verificação de poderes é por tanto de parecer que a eleição deve ser approvada, e que, achando-se o diploma do deputado eleito conforme a acta, o sr. Antonio Vicente Peixoto deve ser proclamado deputado da nação portugueza.

Sala da camara, 11 de junho de 1860.—Justino Antonio de Freitas—Rodrigo Nogueira Soares—Antonio Rodrigues Sampaio.—Tem voto do sr. A. A. Correia de Lacerda.

O sr. Garcia Peres:—requer que se consulte a camara sobre se quer entrar desde já na discussão d'este parecer, dispensando-se a sua impressão.

Resolve-se affirmativamente; e não havendo quem pedisse a palavra é posto á votação e approvado, sendo em seguida proclamado deputado o sr. Antonio Vicente Peixoto, que é introduzido na sala, presta juramento e toma assento.

Entra em discussão o parecer da commissão de instrução publica, sobre a representação da camara municipal do concelho de Almeida, pedindo a restituição de uma cadeira de grammatica latina n'aquelle concelho, onde existia até 1837.—A commissão é de parecer que esta representação seja remetida ao governo, para esta a tomar na devida consideração.

É approvado sem discussão.

Entra em discussão o parecer da mesma commissão, sobre a proposta do sr. deputado Luiz Albano para a creação de uma cadeira de instrução primaria para o sexo feminino, na villa de Santa Comba-Dão.—A commissão é de parecer que a dita proposta seja remetida ao governo, para este a tomar na devida consideração.

É approvado.

Entra em discussão outro parecer da mesma commissão, sobre o requerimento dos professores de instrução primaria nos concelhos de Amaranthe, Baião e Felgueiras, pedindo que lhes seja melhorada a sua sorte.—A commissão é de parecer que o referido requerimento seja remetido ao governo, para o tomar na devida consideração.

Agora mesmo se abriu um empréstimo em Lisboa para o governo pontifício. Os bispos são corretores, estes deviam pagar a sua taxa, nem vê razão para que sejam isentos.

Devem-lhe ser gratos os ministros, porque lhes lembra meios de fazer dinheiro.

Acorda-lhe a ideia uma aneddotica que teve lugar em uma das nossas provincias, e vem a proposito. Vivia ali um homem muito rico; tinha parentes, mas todos pobres. O homem morreu *ab intestato* (quasi todos os ricos morrem assim), porque em chegando a palavra *deixo*, fica o testamento para o dia seguinte, e ordinariamente morrem sem elle. Deu-se aqui este caso, o ricasso morreu e *ab intestato*. Ainda estava quente o cadaver, e já os parentes vendiam tudo em leilão para as partilhas e para as tornas. Um sujeito que os conhecia bem, escreveu uma carta a quem dirigia os negocios da herança, e dizia-lhe: «Ha ainda um meio de fazer dinheiro, mande desenterrar o defuncto, tire-lhe os ossos, e mande fazer botões».

Parcece-lhe que o governo está neste caso, por isso lhe lembra os curandeiros e outras classes. Os curandeiros politicos, essa é uma classe muito numerosa, e pôde bem com o imposto, ainda que seja mais pesado. Promettem curar tudo, não curam coisa alguma, e de vez em quando subvertem a ordem social, causando males incalculaveis, *anathema sit*, e paguem uma boa taxa.

Ora é inconcebível como homens que se dizem ser d'estado estejam de proposito a ensinar tributos novos, quando o rasgo de uma penna lhes daria uma receita superior á que procuram por meio d'este vexame, vinculando os seus nomes a medidas de grande alcance, e verdadeiramente salvadoras do paiz. Falla da reforma aduaneira.

Quando fallou outro dia disse o sr. ministro que a redução do direito no bacalhau, na carne, no assucar não podia deixar de dar um desfaleço; para que o não desse, era necessario que cada um consumisse o dobro. Não é assim. Por exemplo, a carne a 60 réis em vez de 100 réis, daria em resultado um maior consumo; o empregado que tem um pequeno ordenado e que só pôde comprar dois arrateis de carne, compraria três arrateis, e um grande numero de pessoas que a não compram por ser a 100 réis, comprariam o seu arratel se ella se vendesse a 60 réis por exemplo. D'este modo augmentava o consumo, diminuia o contrabando, e crescia a receita necessariamente n'aquelle artigo.

No assucar pouco mais ou menos se daria o mesmo. O assucar em Hespanha vindo da Havana e das Philipinas paga 400 réis, o do Brazil paga em Portugal 16100 réis, quer dizer, um direito igual ao preço do custo.

Ponha-se-lhe o direito de 800 réis, e está certo que não viria o de Hespanha, porque não poderia com o risco, com o transporte, e todas as mais despesas até cá chegar. Ora isto seria altamente conveniente porque a receita das alfandegas havia de crescer, o contrabando diminuir, e ter lugar o retorno em generos do paiz para o Brazil.

A respeito do bacalhau dá-se o mesmo caso, e em quanto á ideia de costumar a nossa gente a comer carne com preferencia, já outro dia respondeu ao nobre ministro sobre este ponto, e não se fará repetir.

Se houvesse seis homens bem decididos, e pela imprensa e pela palavra convencessem a lavoura de que a liberdade de commercio interessa a ella mais do que a quem quer que seja; se comprehendessem que reduzidos os direitos de importação, o resultado seria que o estrangeiro traria aqui os seus artefactos, e que os navios não indo em lastro, os nossos productos agricolas seriam o retorno, e a vida e o commercio seria o resultado de tudo isto, dando um preço remunerador aos fructos da terra, estava feita uma grande revolução pacifica. Para isto se conseguir era necessario que chegadas as eleições votassem em cavalheiros d'estes principios. Tinha-os uma camara *libre-échangeiste*, o fazia-se no paiz uma revolução economica *sans coup férir*.

Não quer cangar mais a camara, e pede que a sua substituição vá á commissão para a tomar na consideração que merecer.

É a seguinte: «Offereço como substituição á proposta actualmente em discussão, a carta de lei de 19 de abril de 1845, estabelecendo o systema das contribuições directas de repartição no continente do reino.»—*Affonseca*.

É admittida, e fica tambem em discussão.

O sr. *Ministro da fazenda* (Casal Ribeiro):—não ha de occupar muito tempo a attenção da camara, e ella apreciará o que significa o discurso que acaba de ser proferido pelo sr. deputado. O illustre deputado apresentou-se n'umido do *inventi*, como tendo encontrado o melhor systema e o melhor meio de estabelecer a contribuição industrial, mas não foi isso de certo que elle encontrou. O que encontrou foi a repetição de algumas invectivas com o acompanhamento de ironias e de sarcasmos a cousas que aliás se devem tratar com seriedade e gravidade. Se os odios dos antigos partidos se extinguiram, se os homens que militaram em diversos campos hoje, accordes em doutrinas politicas, podem encontrar-se sem desdouro de uns e de outros, cooperando como sabem e entendem no interesse do seu paiz, é este um facto que todos os homens verdadeiramente amantes do seu paiz não podem senão saudar (*apoiados*), e pôde dar-se sem vergonha para ninguém, porque não ha vergonha para ninguém em aceitar as transformações que os tempos trazem mesmo nas ideias dos partidos (*apoiados*); os partidos de hoje não podem ser os partidos de ha dez annos.

Se o sr. deputado quer discutir a proposta de cada lei e de cada artigo os direitos do bacalhau e do assucar, declara que se recusa a responder e mesmo a rectificar as inexactidões que s. ex.^a lhe attribuiu, porque o seu dever por parte do governo é discutir os assumptos que se discutem, e não deixar aberrar as discussões por meio de respostas inopportunas a objectos aliás importantes, mas que têm o seu lugar proprio para serem tratados, e que não se tratam agora.

A haver alguma cousa séria em tudo quanto disse o sr. deputado, parece que devia ao menos ser seria a proposta que mandou para a mesa; pois nem isso é. O sr. deputado apresenta como substituição ao projecto que já está approvado na generalidade, e cujas bases já foram accitadas, menos as modificações ás tabellas, o projecto que foi votado em 1845; mas esse projecto estabelecia um systema diverso, estabelecia taxas fixas e quotas proporcionaes, e estabelecia um systema de repartição em relação ás quotas. Em 1845, ha quinze annos, fixava-se a contribuição industrial em mais de 500.000.000 réis, e tem a convicção de que pelo projecto que se discute, como elle se acha estabelecido, e com as modificações que já tem soffrido, não poderá ir alem, talvez fique áquella d'esta somma. Poder-se-ia dizer que desde 1845 até hoje a industria se tem atrazado entre nós? Quando se argumenta contra esta lei parece que n'ella se trata unicamente do imposto sobre a industria fabril; mas não é assim, trata-se do imposto sobre a industria fabril, sobre o grande e pequeno commercio, sobre as profissões em geral, sobre os capitales e lucros que não estando constituídos em propriedade territorial mais facilmente podem escapar á acção do fisco, e que não é justo que deixem de concorrer como os outros capitales e rendas para os encargos publicos (*apoiados*).

O que está em discussão não é a generalidade do

projecto, não é o systema d'elle, é o processo. É para este ponto que chama a attenção dos srs. deputados que se têm inscripto, e pede-lhes que discutam, para illustrar a camara e o governo com as suas ideias, e com a gravidade e seriedade que o assumpto exige, porque só assim as discussões são proficuas, só assim é que honram o parlamento e d'ellas se pôde tirar partido, e não trazendo assumptos da ordem d'aquelles que o illustre deputado trouxe. Creia s. ex.^a que não lhe seria difficil retallar de alguma maneira, mas não o deve fazer, e não inverte nem retribue a ninguém o epitheto de *curandeiros*, pelo respeito ao lugar que occupa, pelo respeito á casa, e pelo respeito ao seu proprio caracter, que nunca foi para entrar em discussões d'esta maneira.

O sr. *Julio do Carvalho*:—sustenta e manda para a mesa as seguintes propostas:

Como emenda ao artigo 13.^o:

Proponho que no artigo 13.^o se diga, com recurso para a camara municipal, e para o conselho de districto, quando a contribuição não exceder a 300.000 réis, porque excedendo, então, o recurso da deliberação da camara será somente para o conselho d'estado.

Como emenda ao artigo 18.^o:

Proponho n'este artigo a eliminação das palavras «no caso de serem pelo menos sete».

Como emenda ao artigo 23.^o:

Proponho que, em lugar de se dizer «haverá ainda recurso para o conselho d'estado» se diga «haverá recurso para o conselho de districto».

E que no § 1.^o se diga «os recursos para o conselho de districto» em lugar de se dizer «para o conselho d'estado».—*Julio do Carvalho* *Sousa Telles*—*José Luiz Alves Feijó*—*Afonso Botelho*—*D. José Manuel de Menezes de Alarcão*—*B. Freitas Soares*—*Joaquim Cabral*—*Visconde de Pindella*.

São admittidas, e ficam em discussão.

O sr. *Faria Guimarães*:—tambem sustenta e

apresenta a seguinte proposta:

Proposta de emenda ao § 1.^o do artigo 19.^o:

Proponho que a palavra «quintuplo» seja substituida pela palavra «triplo» e que seja tambem substituida a palavra «quinta parte» pela palavra «terça parte».—*Faria Guimarães*.

É admittida á discussão.

O sr. *Monteiro Castello Branco*:—quando o lançamento da contribuição for feito pelos gremios, bem cabido fica o recurso do lançamento para as camaras municipais; mas não ha certeza do que o lançamento seja feito pelos gremios, por isso que a lei estabelece disposições para esse caso, e se as camaras municipais muitas vezes podem fazer a repartição, já se vê que não são ellas as competentes para tomar conhecimento dos recursos.

Por outro lado parece-lhe que não é esta a occasião oportuna para expoliar os conselhos de districto de uma attribuição que legalmente lhes pertence pelo codigo administrativo. No projecto da contribuição predial estabelecia-se a mesma ordem de ideias com relação aos recursos que apparece n'este projecto. Nessa occasião disse-se, que os conselhos de districto, sendo na maior parte compostos de proprietarios, não deviam ser elles que formassem as matrizes prediais e fizessem a distribuição, porque seriam juizes em causa propria. Esta razão ainda que não era verdadeira, procedia aparentemente, mas não procede absolutamente com relação á contribuição industrial, porque não se trata de collectar a propriedade, mas sim a industria.

Parcece-lhe que o conselho d'estado não é o competente para tomar conhecimento dos recursos em relação á contribuição industrial, á contribuição predial e ao recrutamento, uma vez que na actualidade são tantos os processos que estão affectos aquelle tribunal com respeito ao recrutamento, que para os decidir tem posto de parte outros negocios que tambem lhe estavam affectos; e, sendo isto assim, acrescentando-lhe os recursos sobre a contribuição predial e agora sobre a industrial, é humanamente impossivel que os conselhos d'estado por maior intelligencia e por mais talento que tenham, possam satisfazer a tanto trabalho.

O conselho d'estado é, na opinião de muita gente, incompetentissimo para as decisões do contencioso administrativo, que se lhe deu para evitar a criação de outro tribunal, com o qual havia a fazer grande despeza; mas hoje, a continuar esta ordem de ideias, é indispensavel ou crear outro tribunal, ou introduzir n'aquelle o pessoal necessario para a satisfação de tantos negocios.

Apresenta todas estas reflexões para concluir em favor do conselho de districto. Não vê razão para que o conselho de districto seja expoliado dos direitos e obrigações, consignados no codigo administrativo, e quando elle tenha algum vicio de organização, dê-se-lhe melhor organização, mas não lhe retirem as suas attribuições.

Já quando se discutiu o projecto de lei da contribuição predial mostrou que não havia razão para que o conselho de districto fosse espoliado d'essas attribuições, e, como esse projecto passou, não tem senão a respeito da deliberação da camara; mas com relação á contribuição industrial não vê razão, se não ha o proposito de acabar com esta instituição, para se espoliar o conselho de districto de suas attribuições.

Portanto propõe que se altere a disposição do artigo 13.^o em relação ás palavras «com recurso para a camara municipal», porque só no caso d'ella não ter feito o lançamento é que admittisse esse recurso, mas em caso nenhum prescinde do recurso para o conselho de districto, porque é essa a ordem do processo administrativo, estabelecido no codigo administrativo, que não se deve alterar, e porque os conselhos de districto são mais competentes para tomar conhecimento das questões do direito do que as camaras municipais, juntas de repartidores ou gremios; e pelo menos têm a seu favor a supposição de que os seus membros são homens illustrados, sendo nomeados pelo governo por proposta dos governadores civis.

Para examinar cada um dos artigos em discussão seria necessario empregar muito tempo, e por isso limitar-se ha tão somente a transportar para este lugar em relação a estes artigos as opiniões que já teve occasião de emitir, quando se discutiu o projecto de lei sobre a contribuição predial, porque então seguiu-se a mesma ordem de ideias em relação á feitura das matrizes, distribuição da contribuição e recursos, que actualmente com referência a este negocio está estabelecida, havendo só a differença de aqui se estabelecerem os recursos para as camaras municipais e ali para a junta dos repartidores, e por tanto não ha alteração, apenas ha o apparecer n'um dos artigos estabelecido o modo porque os gremios devem fazer a distribuição das quotas que lhes pertencem.

Com respeito aos gremios, é um systema novo entre nós, contudo, como do que se trata é de estabelecer a contribuição industrial de forma que possa satisfazer ás necessidades publicas, e não pôda deixar de reconhecer a inconveniencia da nossa legislação anterior em relação a esta contribuição industrial e o vicio d'ella, e por isso julga absolutamente necessario reforma-la. Este estabelecimento dos gremios é um ensaio, que não sabe se dará bons resultados; mas em todo o caso faça-se o ensaio, que a não produzir bons resultados, se pôde substituir por outro meio.

Conclue mandando para a mesa a seguinte emenda ao artigo 13.^o:

Additamento ao artigo 13.^o:

As palavras com recurso para a camara municipal acrescento-se—quando esta não tiver feito a distribuição—e acrescento-se ainda—para o conselho de districto, e depois para o conselho d'estado.—*Monteiro Castello Branco*.

É admittida, e fica tambem em discussão.

O sr. *Antonio Feio*:—manda para a mesa, por parte da commissão de estatística, um parecer da mesma commissão.

O sr. *Pinto Coelho* (sobre a ordem):—manda para a mesa a seguinte proposta, que pede seja remetida á commissão.

Considerando que muitos bachareis se inscrevem como advogados, e depois, ou não exercem realmente a advocacia, ou lutam dois, quatro, seis e mais annos com a difficuldade especial do tirocinio d'esta profissão, em que o advogado novo não é procurado porque não é conhecido, e não é conhecido porque não é procurado; limitando-se n'esse espaço quasi que exclusivamente a advogar ex-officio, praticando em escriptorio alheio, e sem interesses que possam ser objecto de algum imposto.

Proponho o seguinte additamento:

«Não estarão sujeitos a taxa alguma os inscriptos como advogados, que não exercem a sua profissão, e os que a exercem em escriptorio alheio.»—*Pinto Coelho*.

É admittida.

O sr. *Carlos Bento*:—conhece o direito que a camara tem para agremiar quantos artigos entender convenientes n'uma só discussão, mas tambem está no seu direito julgando-se incapaz de poder discutir assim, e não sabe mesmo como a camara possa discutir onze artigos ao mesmo tempo.

A respeito d'este projecto diz o que disse a camara ha uns poucos de annos, contra um projecto analogo. Respeita muito as opiniões dos cavalheiros que sustentam o projecto, mas conserva a mesma opinião que teve quando se votou a decima da contribuição de repartição, porque contraria a indicação do progressivo augmento do imposto sem bases fixas, mas arbitrarías, que não de elevar o mesmo imposto para o futuro, e já o elevam no presente, a uma somma que entende se não podia elevar.

As taxas estabelecidas n'este projecto foram elevadas pelo illustre ministro, e ouviu dizer s. ex.^a que este imposto renderá 500.000.000 réis, e rendendo elle actualmente pouco mais de 200.000.000 réis, já se vê o passo agigantado que se dá: quer dizer, em um dia para o outro augmentam-se perto de 300.000.000 réis!

Não é vontade de atacar o projecto, mas ainda em parlamento allem vii pedir um imposto sem o governo dizer approximadamente o que elle havia de render; e por isso o illustre ministro quando falla em 500.000.000 réis não é porque não tenha algumas bases para isso. É verdade que nem no relatório de s. ex.^a nem no orçamento encontra uma unica palavra sobre quanto poderá render este imposto.

Estamos a 11 de junho, e d'aqui a pouco mais de 15 dias acaba o prazo legal, dentro do qual o governo ha de receber o imposto antigo; e ter chegado a 11 de junho sem ter discutido o orçamento não é estar em posição de pedir novos impostos.

O governo dirá que já apresentou o orçamento; é verdade, mas isso mesmo soffre uma apreciação. O illustre ministro apresentou um orçamento que estava feito com antecedencia, para ser apresentado á camara que foi dissolvida, e teve de mudar a data d'esse orçamento; mas n'ella não figuram os novos quadros das repartições, e então esse orçamento não é o orçamento actual, e mais uma razão que devia ter obrigado o governo a discutir o orçamento.

É este o terceiro anno que se não discute o orçamento, e isto é significativo; quer dizer, estamos nos regulando pela lei de 15 de junho de 1857, e estamos tão desenganados como se todos os annos effectivamente o tivéssemos votado.

Nonos artigos que se discutem estabeleceu-se entre nós um systema novo, um systema que é reprovado pelos homens competentes na nação onde elle existe.

Tem ouvido a opinião de homens muito illustrados, que dizem que vale mais conservar um mau imposto, do que introduzir um bom imposto em theoria, porque os maus impostos, dizem elles, depois de um certo tempo corrigem-se a si proprios, porque entram com modificação no valor do trabalho sobre que recaem; mas aqui diz-se: faça-se a experiencia, e votem-se em globo estes onze artigos!

A commissão mudou a base estabelecida pelo governo, porque em quanto este definia as terras segundo a ordem por que entendia que ellas deviam concorrer para os encargos do thesouro, a commissão passou para a base da população. Esta mudança foi effectuada de certo pela apparencia de tirar o arbitrio ao governo; mas n'um paiz onde a estatística é tão pobre, como todos sabem, não lhe parece que a mudança de resultados muito auspiciosos. Quem conhece a população de muitas das terras do nosso paiz? Quem a pôde determinar? Os proprios defensores do projecto são os primeiros a dizer que esta base tem inconvenientes, e que isto, se se não seguirem algumas determinações, pôde dar margem a grandes arbitrios.

A base da população era boa, mas era preciso que houvesse mais confiança na estatística; porém, sem estatística mais perfeita, é difficil adoptar as bases como estão no parecer da commissão.

Quer que os recursos do paiz façam face ás despesas do mesmo paiz, e aos melhoramentos de que elle carece e se não podem adiar, com quanto alguns d'elles fossem mal empregados. Temos um systema de viação melhor da que havia ha dez annos, mas todas as estradas e todos os caminhos de ferro foram votados pela directriz que se lhes deu, preenchem um grande melhoramento para o paiz? Parece-lhe que não.

No Alentejo, por exemplo, estabelecem-se duas linhas ferreas em quanto que outras provincias importantes ficam privadas d'este grande meio de locomoção. O mesmo caminho de ferro do norte desde que se não adoptou a base para communicação com Hespanha pela importante provincia da Beira, sendo um beneficio importante para o paiz, não é tão importante como o poderia ser (*apoiados*).

Em 14 de agosto de 1858 veio o ministerio de então pedir ao parlamento certas imposições additionaes para fazer face aos encargos de novas emissões de titulos de divida fundada, e os cavalheiros que compunham a opposição obrigaram o governo (do modo que se pôde obrigar) a que se inserisse na lei que os additionaes pedidos seriam emendas immediatamente no anno seguinte. E se os illustres deputados que formam hoje a camara estivessem cá n'aquelle tempo, veriam as bellas theorias que os cavalheiros que formavam a opposição apresentaram, chamando insolitas ás imposições additionaes. Depois de tudo isto esperava que aquellos cavalheiros acabassem com todos os additionaes, riscando-os do orçamento. É verdade que effectivamente assim o fazem; mas a camara sabe como? Sommando-os com o principal, como propõe o sr. ministro da fazenda. Desapparecem o absurdo dos additionaes, mas estão somados ao principal! Esperava vê-los melhorados ou substituidos, mas que fossem juntos ao principal, é o que não podia esperar!

Não pôde deixar de declarar que não concorda com a base que se adoptou como experiencia, porque a experiencia poderá mostrar a inconveniencia e injustiça d'ella.

Antes de se lançar mão da experiencia é preciso contar com todas as probabilidades de que ella não produzirá um novo desfaleço para o thesouro. Se é experiencia, qual a razão porque o sr. ministro da fazenda resiste tanto ás exigencias do sr. deputado Affonseca para uma reforma nas pautas, diminuindo certos direitos nas alfandegas?

Diz s. ex.^a que é uma experiencia que não pôde fazer, porque tem medo de que a receita do paiz soffra uma quebra. Se s. ex.^a tem medo de fazer a experiencia em relação ao imposto indirecto, porque é que faz uma experiencia tão insolita a respeito do imposto directo, e d'esta maneira sem a preceder de um inquerito, sem exame não diria, mas sem consultar ninguém; e quando falta a base que s. ex.^a julga indispensavel para proceder á reforma do imposto indirecto?

Manifestando o seu voto em relação aos onze artigos que estão em discussão, sente ter a infelicidade de estar cada vez menos de accordo com o pensamento do projecto, principalmente pelo que diz respeito á parte pratica.

A requerimento do sr. Teixeira de Sampaio propõe-se a sessão até se votarem os artigos em discussão.

O sr. *Rodrigues Sampaio*:—manda para a mesa um parecer da commissão de administração publica.

O sr. *Nogueira Soares*:—começa por defender a camara da injusta accusação que lhe dirigiu o precedente orador, em quanto ao modo porque tem corrido a discussão sobre a materia de impostos, fazendo notar que a camara sempre tem prestado muita attenção ao illustre deputado, quando falla, e de quem não perde uma só palavra.

Pedi a palavra para responder aos diversos oradores que de um e outro lado da camara se levantaram para argumentar contra os artigos em discussão, mas permitta-se-lhe começar por fazer algumas observações sobre os argumentos que se fizeram mais contra a generalidade do projecto do que contra os artigos em discussão, não deixando contudo de occupar-se tambem das reflexões que se dirigiram contra os mesmos artigos.

Accusou o sr. Carlos Bento a camara, pela terceira ou quarta vez, por não ter ainda discutido o orçamento. Pôde assegurar ao illustre deputado e á camara, que a commissão de fazenda se tem occupado incessantemente das propostas que o governo apresentou e do orçamento, e não ha de tardar muito tempo que a commissão traga á camara o seu parecer a este respeito.

Disse o mesmo illustre deputado que é o terceiro anno que o orçamento se não discute. Este argumento, se a ténção da camara e do governo fosse não discutir o orçamento, podia ter em resposta; que dois d'esses annos pertencem ao illustre deputado, quando ministro. Portanto, n'este caso teria a camara e o governo um exemplo com que se autorisaria; mas espera não ter occasião de se autorisar com elle; porque espera que a camara terá occasião de discutir o orçamento, e de fazer n'elle as modificações que julgar convenientes.

Queixou-se o illustre deputado de que no orçamento se não contemplasse ainda o augmento de receita que deve provir dos impostos que actualmente se estão lançando....

Uma vez—foi a respeito dos novos quadros das repartições que se fez reparo.

O orador:—com respeito aos novos quadros das repartições, o illustre deputado sabe que vieram já os quadros supplementares ao orçamento geral, onde terão de ser attendidas e contempladas as reformas feitas nas repartições, e marcaram-se, por consequencia, as verbas respectivas aos quadros d'essas repartições, como estão actualmente organizadas.

Disse o illustre deputado que lhe parecia que era muito mais conveniente que o governo e a camara tivessem deixado continuar o imposto de quota, em relação ao imposto industrial do que substitui-lo pelo imposto de taxas fixas; e autorisou este seu argumento com as observações que no relatório da commissão de fazenda se fizeram com respeito á contribuição de repartição e outras. É verdade que a commissão disse no seu relatório que a contribuição de repartição não tinha produzido os resultados que se havia esperado, nem a distribuição do imposto era hoje, mais bem feita do que o era d'antes; nem tambem os recursos do thesouro tinham melhorado em virtude da introdução do novo systema, nem se tinha attendido á justiça com que deviam pagar os contribuintes; nem em fim se tinha attendido á melhor organização d'este imposto. Mas apesar de tudo isto ser verdade parece-lhe que não ha comparação alguma entre a contribuição industrial e a contribuição predial.

A contribuição predial é uma contribuição de repartição, e portanto não pôde, de maneira alguma, augmentar nem diminuir senão quando o parlamento a vota; não augmenta ainda mesmo, quando se arrottem novas propriedades, e ainda mesmo que as proprias adquiram maior valor. Quando se dão estas circunstancias são inscriptas assim nas matrizes prediais, mas não por isso a contribuição predial augmenta immediatamente senão for augmentada a quota de repartição pelo parlamento. O illustre deputado sabe que não acontece outro tanto com respeito á contribuição industrial. Esta, segundo o projecto que se está discutindo, não é uma contribuição de contingentes que se vota pelas cortes annualmente; não é uma contribuição de repartição, é uma contribuição variavel conforme as circumstancias das industrias, conforme o seu aperfeiçoamento e desenvolvimento.

Quanto mais cada uma das industrias se desenvolver, tanto mais produzirão de imposto. A lei estabelece taxas fixas com respeito ás diferentes profissões, artes e officios; e quanto mais estes se aperfeiçoem e desenvolverem tanto mais augmentará o rendimento fiscal. Quanto maior for o numero das caldeiras, machinas e motores empregados nas industrias, quanto maior for o numero dos productos tanto mais augmentará o producto da contribuição. Esta contribuição ha de seguir o movimento da riqueza do paiz. O illustre deputado, que é tão illustrado, e que conhece a historia d'este imposto em outros paizes, onde elle foi estabelecido primeiro do que entre nós, sabe que este imposto tem tido sempre um movimento ascendente. Em França tem este imposto actualmente chegado quasi ao duplo do que era ha cousa de vinte ou trinta annos.

Mas diz-se: em França existe a quota proporcional. É verdade, mas o illustre deputado sabe como essa quota proporcional é ali lançada, e qual é a base para o lançamento d'essa quota proporcional.

O illustre deputado sabe que em França se estabeleceu a taxa proporcional á renda das casas occupadas pelas industrias, e á maneira que essa renda augmenta tambem augmenta a quota proporcional; e posteriormente adicionou-se a este elemento proporcional um direito fixo, estabelecido segundo as profissões industrias e a população da localidade onde essas industrias se exercem.

Já vê, pois, que o augmento da quota proporcional tem uma ligação íntima com o movimento dos estabelecimentos industrias; e é isto o que ha de acontecer entre nós pelo systema do projecto.

Disse igualmente o illustre deputado, que nós deviamos talvez recorrer primeiramente ao imposto indirecto, porque o nosso imposto é o terceiro que proporcionalmente tira uma somma maior do imposto das alfandegas. Parece-lhe que do argumento do illustre deputado devia tirar-se uma proposição com-

traria. Se nós tiramos das alfandegas uma somma muito maior do rendimento do que proporcionalmente tiram outras nações, é evidente que essa fonte de riqueza está quasi tão explorada que não se pôde explorar mais, nem esperar que o imposto de muito mais; não se pôde supor isso. Não lhe parece, pois, que o argumento possa colher; o argumento, se serve para alguma cousa é para provar, que as nossas pautas não são tão protectoras, nem tão prohibitivas como o são em muitos outros paizes da Europa; e realmente o não são. As nossas pautas são, proporcionalmente a outros paizes, menos protectoras e menos prohibitivas, e são mais fiscaes. É o illustre deputado sabe, que as pautas não podem ser ao mesmo tempo fiscaes e protectoras; porque a prohibição é uma forma de protecção. Quando as pautas rendem muito em relação á grandeza da nação e da sua riqueza, pôde concluir-se com certeza que o commercio é attendido e que as pautas n'essa nação são menos protectoras e mais fiscaes do que em outros paizes onde acontece o contrario. Em Portugal, pois, as pautas das alfandegas são mais fiscaes do que o são em outros paizes, excepto a Inglaterra e Estados Unidos.

O sr. *Affonseca*:—é a Hamburgo.

O orador:—Hamburgo é uma povoação que tem uma importancia muito pequena para ser comparada com a das principais nações da Europa.

Pôde dizer com certeza que as nossas pautas são proporcionalmente as mais livres. Não diz com isto que sejam inteiramente justas e rasaveis; não diz que não carecem de reforma; carecem, e é partidario da reforma das pautas; ha de vota-la quando ella vier á camara (*apoiados*); quer que essa reforma tenha lugar, mas sem compromettimento da receita publica (*apoiados*).

Está n'este ponto de accordo com o illustre deputado, e outros que têm fallado no mesmo sentido; mas não quer contudo concluir d'aqui, que se vá desde já reorganisar o imposto indirecto sem exames previos e muito circumspectos; quer a reorganização do imposto indirecto, quando for occasião.

O sr. *Gomes de Castro*:—é a régio?

O orador:—tambem ha de tratar novamente d'esta questão quando vier á camara, como já a tratou em outra occasião, e reserva-se para então apresentar as suas opiniões; por ora seja-lhe permitido fallar só do projecto em discussão; e se não fosse a attenção que deve ter para com os seus adversarios, de certo não teria tomado n'este momento a palavra, porque está tratando da generalidade do projecto, e porque acerca da especialidade dos artigos em discussão pouco ou nada se tem dito.

Desceria fallar com muito mais extensão acerca das observações do illustre deputado, porque tem muita consideração por elle; mas tendo dado a hora, não tem remedio senão limitar-se a dizer alguma cousa sobre a especialidade da materia.

Todas as observações que se fizeram contra os artigos em discussão não foram senão a repetição do que se disse na occasião em que se tratou do projecto sobre a contribuição predial; e por consequencia não podia senão repetir tambem as respostas que por então deu a esses argumentos, porque era necessario que a camara reparasse que o systema d'esta lei é exactamente o systema da contribuição predial (*apoiados*).

Declara portanto por parte da commissão que não pôde aceitar as emendas e alterações que tem sido mandadas para a mesa aos diferentes artigos em discussão, e que sustenta os mesmos artigos como estão no projecto.

A requerimento do sr. Mousinho de Albuquerque julga-se a materia discutida.

É approvado o artigo 13.^o do projecto, e rejeitados os additamentos dos srs. Monteiro Castello Branco e Julio do Carvalho.

São approvados os artigos 14.^o, 15.^o, 16.^o e 17.^o É rejeitada uma emenda do sr. Julio do Carvalho para ser eliminado o artigo 18.^o; e é depois approvado o mesmo artigo 18.^o.

É approvado o artigo 19.^o, e rejeitada uma proposta do sr. Faria Guimarães a este mesmo artigo. São approvados os artigos 20.^o, 21.^o e 22.^o; e sendo rejeitada uma substituição do sr. Julio do Carvalho ao artigo 23.^o, é este approvado.

É posta á votação, e rejeitada como prejudicada uma substituição do sr. Affonseca a todo o projecto, e é remetida á commissão uma proposta do sr. Pinto Coelho sobre as tabellas.

O sr. *Presidente*:—dando para ordem do dia de amanhã a mesma que vinha para hoje, e na 1.^a parte leitura de alguns pareceres de commissões, levanta a sessão—*Eram quatro horas e meia da tarde*.

Relação dos srs. deputados que, na sessão de 11 de junho, estiveram presentes á chamada á meia hora depois do meio dia.

Afonso Botelho, Cancellia, Moraes Carvalho, Braamcamp, Alves Martins, Antonio de Carvalho, Antonio Feio, Gouveia Oeiro, Barros e Sá, Henriques Secco, Arolas, Couto Monteiro, Pinto de Albuquerque, Roballo de Azevedo, Lopes Branco, Rodrigues Sampaio, Telles de Vasconcellos, Vaz da Fonseca, Xavier da Silva, Zeferino Rodrigues, Bartholomeu dos Martyres, Carlos Bento, Castro Ferrer, Cyrillo Machado, C. J. Nunes, Rebello de Carvalho, Cypriano da Costa, Teixeira da Motta, Eduardo Cunha, Faustino da Gama, Mousinho de Albuquerque, F. Coelho do Amaral, F. J. da Costa e Silva, Gavicho, Biendo Correia, F. Pinto Tavares, Blanc (Hermenegildo), Ferraz de Miranda, Mello e Minas, J. J. de Azevedo, Mello Soares, Almeida Pessanha, Castro Portugal, Sousa Machado, Calça e Pina, Noronha e Menezes, Coelho de Carvalho, Neutel, Pinto de Magalhães, Faria Guimarães, Silva Cabral, Infante Pessanha, Sousa Pinto Basto, Encarnação Coelho, Alves Chaves, Figueiredo de Faria, Feijó, Chrispiano da Fonseca, D. José de Alarcão, Lacerda (D. José), José Maria da Costa e Silva, José Maria Frazão, José de Mello Gouveia, Julio do Carvalho, Justino de Freitas, Mendes de Vasconcellos, L. Pinto Tavares, Teixeira de Sampaio, Affonseca, Azevedo Pinto, Mariano Feio, Monteiro Castello Branco, Pedro Jacome, Placido de Abreu, D. Rodrigo de Menezes, Nogueira Soares, Pinto da França, Simão de Almeida, Thiago Horta, Blanc (Viriato), e visconde de Pindella.

nhedimento falsos e absurdos, deram a primeira punhalada no commercio, até então, prospero d'aquella ilha. Os direitos disparatados a que chamam protectores, dificultando a importação, trouxeram a sua inevitavel consequencia, a diminuição da exportação. D'aqui a nenhuma procura nos generos agricolas, sua accumulacão na mão do productor, a baixa no preço remunerador, a dificuldade no pagamento de contribuições e impostos, e a penuria do thesouro que se medra com a prosperidade do contribuinte.

Seguiu-se a este mal, tanto mais vexatorio quanto é elle devido á ignorancia e ao desleixo do homem, outro devido á natureza e completamente fóra do alcance dos calculos humanos. Quero fallar do terrivel flagello, *oidium tukeri*.

Sobre os povos da Madeira, já cançados de lutar contra medidas economicas, contrarias ao bom senso, ás suas circumstancias especiaes, á sua posição geographica, ás suas tendencias e á sua indole, caiu a molestia da vinha, aniquilando o vultoso mais importante da sua agricultura, o seu principal genero de exportação.

Eis pois a Madeira reduzida a um porto de toque e de refresco na estrada real da navegação transatlantica; mais ainda assim com um poderoso concorrente, que é o archipelago das Canárias, tendo igualmente excellentes bahias, boas produções, espaçosos lazaretos, e sobretudo uma legislação de alfandegas que desconhece a restricção, animando a livre troca, verdadeiro instrumento da fraternização e civilização dos povos.

A febre amarella e a cholera morbus, tendo-se tornado endemicas em alguns pontos do continente americano, obrigaram os pontos de toque para aquella navegação a ter um lazareto, sob pena de se verem abandonar por aquellos que têm essa commodidade, ou antes essa necessidade, pois que é impossível hoje d'ella prescindir-se.

A ilha da Madeira, não tendo um lazareto, vê o seu porto abandonado, em quanto que os das Canárias são povoados de velas de todas as nações; isto porque o governo da metropole, aviador das suas necessidades, lhes mandou construir um lazareto, que pôde affrontar os melhores da Europa.

Nestas circumstancias um dos meios, que pôde concorrer para chamar o commercio ao quasi deserto porto do Funchal, é sem duvida o restabelecimento do antigo lazareto, fazendo-se-lhe alterações em harmonia com as indicações do vogal do conselho de saúde que ali foi em commissão, e que se acham calculadas em 15:000\$000 réis.

Certo que tendes, senhores, tanto a peito como eu, o melhorar a situação d'aquella parte da monarchia, tenho a honra de vos propor o seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º É o governo autorisado a dispendir com a reconstrução e melhoramento do lazareto de observação no districto do Funchal até á quantia de 15:000\$000 réis.

Art. 2.º O governo dará conta ás cortes do uso que fizer d'esta autorisacão.

Art. 3.º É revogada toda a legislação em contrario.

Sala da camara, 28 de maio de 1860. — L. V. de Affonseca, deputado pelo circulo do Funchal — D. Luiz da Camara Leme, deputado pelo circulo da Calheta.

NOTICIAS DO REINO

CONTINENTE

Abrantes—D'esta villa escrevem ao *Transtagano*, dizendo-lhe que começaram os trabalhos do caminho de ferro da empresa Salamanca, no Rocio ao sul do Tejo, e Cabeça do Caneiro, andando ali empregada muita gente.

Tambem da mesma villa dizem ao mencionado jornal que o antigo castello tem consideravelmente melhorado com as obras que ali tem mandado fazer o barão da Batalha.

Villa Nova de Famalicão—Por estes quinze dias deve estar concluida a estrada que d'esta villa segue para Guimarães, assim o afirma a correspondencia particular que d'esta localidade é dirigida ao *Commercio do Porto* em data de 5 do corrente.

As subidas e descidas d'esta estrada, continua a mencionada correspondencia, são suavisissimas, a sua construcção é solida e aprimorada, e o panorama que d'ella se disfructa é bello e muito variado; é em fim um modelo das estradas.

É já percorrida por grande numero de carros, e agouramos á companhia bons lucros d'ella.

Vianna do Castello—Na *Aurora* do Lima lê-se o seguinte:

«O sr. João Pereira Xavier, d'esta cidade, e o sr. Lessa, do Porto, foram hontem (5) fazer uma experiencia junto da barra d'esta cidade, a fim de conhecerem o estado em que se achavam a machina e aparelhos de que devem servir-se os mergulhadores que têm de extrahir do fundo do mar parte do carregamento do transporte *Canterbury*, naufragado ao sul da barra d'esta cidade, por occasião da guerra da Crimeia. A experiencia produziu bom effeito.

«Os srs. Xavier e Lessa, acompanhados pelos mergulhadores, dirigiram-se hoje, segundo nos consta, ao logar do alludido naufragio, para começarem a extracção dos valiosos objectos submergidos, que pela maior parte constam de artilheria, armamentos, etc.

«Desejamos que d'esta tentativa tirem o melhor resultado.»

Valença—A *Rasão* diz que os trabalhos agricolas estavam bastante adiantados por aquelles sitios. As videiras haviam tido uma producção abundantissima, e a molestia tinha-se desenvolvido em menor escala que nos annos anteriores.

Segundo o mesmo jornal, o rio Minho havia crescido em consequencia das muitas neves que se tinham derretido; em todo o caso a corrente já não era tão forte como o fóra anteriormente.

—Acercda do vapor *Rio Minho*, que se destina a fazer viagens entre Caminha e Valença, lê-se o seguinte no *Eco Popular*:

«Este vapor que foi propriedade da companhia *Despachos*, e que se achava fundado defronte do Bicalho, para se lhe fazerem as obras de que necessitasse, tem o fim já arranjado, ficando as caldeiras promptas dentro em breve. Espera-se que este barco esteja prompto para o fim do mez, partindo depois para o rio Minho, aonde vae encetar carreiras diarias entre Caminha e Valença, por conta de um particular.»

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 8 do corrente, e de Paris até 6.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS
Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*:

Paris, 7 de junho — A *Patrie* e o *Pays* sustentam que o armistício entre Garibaldi e as tropas reaes se prolongará indefinidamente, e que a questão siciliana vae ser tratada por meio de negociações.

As correspondencias de Messina, em data de 3 do corrente, dizem que os consules, exceptuando o da França, se tinham retirado d'aquella cidade.

Affirma-se que as tropas reaes, que occupavam

as repartições de fazenda em Palermo, passaram para o partido dos revoltosos.

Paris, 8 — As ultimas noticias da Sicilia apresentam Garibaldi em excellente situação. Nomeou um ministro governador da provincia de Palermo e adoptou diferentes outras medidas de ordem.

SICILIA

O *Correio Mercantil*, de Genova, de 2 do corrente, publica o seguinte extracto do diario das operações de Garibaldi, até ao dia 26 de maio ultimo:

«Os nossos leitores notarão que este diario escrito por um dos officiaes mais distinctos de Garibaldi, no seu laconismo militar, expõe perfeitamente o andamento das operações, e faz com que se comprehenda a serie comparativa das noticias de diversas fontes.

8 de maio — Chegada e partida de Talamona das munições e carvão.

9 — Chegada e partida de San Stefano, do carvão.

11 — Chegada a Marsala. Desembarque das tropas da expedição, munições e quatro peças de artilheria.

12 — Acampamento em Grand Pancard, perto de Salemi.

13 e 14 — Acampamento em Salemi, e concentração das forças insurreccionadas em numero de uns 4:000 homens.

15 — Marcha e combate fóra de Calatufini, no Monte-di-Pianto-Romano, contra 3:500 napolitanos, commandados pelo general Landi—128 feridos e 18 mortos do nosso lado. Tomada de uma peça de montanha. As tropas reaes desalojadas de cinco posições bem defendidas, e que eram terríveis.

16 — Landi abandona Calatufini, que nós occupamos. Landi na sua retirada é perseguido em Partenico e Borghetto, pelas nossas forças.

17 — Partida para Alcam.

18 — Partida para Partenico. No mesmo dia, continuação da marcha para se poder chegar á vista de Palermo.

19 — Chuva não interrompida. Acampamento.

20 — Marcha sobre Poppo para prender a atenção das forças reaes de Monreale, e manobras para que saíam forças de Palermo. Em parte conseguiu-se este resultado. A noite marcha sobre Parco; a artilheria é levada aos hombros dos voluntarios, por caminhos quasi intransitaveis.

21 — De madrugada, chegada a Parco. Regresso a Monreale. Disposições de marcha sobre Palermo.

22 e 23 — O inimigo concentra forças imponentes. O general quer ainda desviar mais forças de Palermo.

24 — Ataque ameaçador por mais de 10:000 homens. Disposições de resistencia para os attrahir; começo de ataque. Retirada da nossa parte para os attrahir a Corleone, e colloca-la em frente da artilheria, em quanto que, avançando por outros caminhos, deviamos atacar Palermo.

25 — Chegada a Marnico. (Consequimos que as tropas reaes se collocassem em frente da artilheria, na direcção de Corleone). — A noite marcha para Miselmeri. Chegada á meia noite. — Acampamento.

25 e 26 — Grande dia! Os feridos vão bem. Miselmeri, 26.

«Cremos, diz a *Correspondencia de Espana*, que o armistício convençionado na Sicilia será aproveitado pela diplomacia, e nutrimos a esperanza de que por intervenção das potencias se alcançará uma solução pacifica.

«Segundo as noticias que recebemos, a França não tem duvida em offerecer a sua mediação, se a Sicilia se erigir em reino independente, regido por um principe da casa real de Nápoles, e se Francisco II promulgar uma constituição liberal. Ignora-se porém qual seja a opinião das outras potencias, e quaes as suas intenções n'uma questão tão complicada.

«Talvez tenha relação com as questões pendentes a viagem que fez a Nápoles e depois a Paris o ministro que representava as Duas Sicilias em Roma, o cavalheiro de Martino, homem de idéas liberaes, e muito estimado na corte napolitana pelos seus bons e reiterados serviços.»

PRUSSIA

A *Gazeta de Augsburg* dá como positiva a noticia de uma proxima entrevista do rei da Baviera com o principe regente da Prussia, e de uma outra entrevista do mesmo soberano com o rei dos belgas.

ESTADOS UNIDOS

Os jornaes e correspondencias de New-York dão alguns promenores relativos á chegada a Washington de uma grande embaixada japoneza, e á sua recepção pelo presidente. A entrevista foi das mais amigaveis, e de ambas as partes se manifestou a esperanza de que o tratado de commercio seja o penhor de uma paz e de uma amizade perpetua entre os dois paizes. (La Presse).

NOTICIAS DIVERSAS

EXPEDIÇÃO DA CHINA

Escrevem de Shang-Hai, a 21 de março, ao jornal *La Patrie*:

«Quem já viu uma cidade chinesa, pôde dizer que as conhece todas, porque todas se parecem umas com as outras; têm em geral o mesmo aspecto e a mesma architectura. Shang-Hai não difere das outras cidades chinesas senão nos seus subúrbios, onde habitam os europeus; ali, as ruas são largas, limpas e direitas; as casas, mais altas e maiores, parecem palacios. Na parte habitada pelos chinsas, as ruas são estreitas, sujas e tortuosas; todas as casas têm um só pavimento terreo, por cima do qual ha um telhado de longas telhas encarnadas, que desce muito baixo e cuja extremidade se levanta por uma curva pronunciada. Estes telhados prolongados têm a dobrada vantagem de proteger o caminhante ou as mercadorias contra a chuva, e de dar alguma fresquidão, pela sombra que causam quando dardeja o sol.

Na parte mercantil da cidade, só uma cousa achi digna de reparo, foram as taboietas; pintadas em grandes caracteres encarnados e pretos, tomam a frente das casas e produzem um singular effeito.

Os monumentos mais curiosos, que os europeus devem visitar, são os pagodes, que são numerosos em Shang-Hai. Todos têm a forma hexagona ou octogona; os mais importantes, construídos de tijolos encarnados e de marmore de diversas cores, têm de sete a nove andares. O numero dos andares é sempre impar, porque os numeros impares são considerados pelos budistas como favoraveis e agradaveis aos deuses.

O pagode de Loung-Koua, pequena aldeia sobre a margem direita do Wampou, é um ponto de passeio e de romaria para todos os habitantes de Shang-Hai, d'onde não dista mais de quatro kilometros pouco mais ou menos. A architectura exterior do monumento é muito notavel; simples na base, torna-se mais rica e mais arredada á proporção que o pagode se eleva; cada andar é guarnecido de uma galeria exterior transparente e de um desenho original. A ultima galeria é ornada de uma quantidade de pequenas campainhas que lançam ao longe um som argentino, quando a briza ou o vento as vem agitar. Eu contei setenta e duas campainhas no cume da galeria, e oitenta nos angulos das galerias inferiores, ao todo cento e cinquenta e duas campainhas que formam um verdadeiro carrilhão.

Nos angulos das galerias estão suspensas grandes lanternas chinesas, que se accendem de noite, na occasião das festas religiosas.

No interior do monumento vê-se uma grande estatua de Boudhah rodeada de todos os semideuses do Olympo chinês, grandes lampadas de cristal allumiam o templo de noite e de dia; á porta da entrada está um bouzo que recebe uma esmola da generosidade dos visitantes estrangeiros.

Do alto cume do pagode de Loung-Koua, os olhos abraçam um panorama de immensa extensão, mas que nada offerece de pittoresco; por toda a parte só se avistam campos regularmente cortados de canaes e regatos, que dão a apparencia a este paiz de um vasto taboleiro de xadrez.

O mesmo se dá, ao que parece, em toda a China, a não ser no paiz das montanhas, que bordam o Indostão e o Thibet.

No interior de Shang-Hai ha muitos pagodes, alguns dos quaes não têm mais de 15 a 20 pés de altura; n'esses é que se enterram os suerodotes e as sacerdotizas budistas; chamam-lhes *Koh'tah*, que significa *pagode dos ossos*.

N'um dos meus passeios aos arredores da cidade fui visitar o collegio e o mosteiro que os padres da companhia de Jesus edificaram em Su-ka-wé. O vasto estabelecimento de Su-ka-wé tomou o seu nome do illustre Paulo Su, ministro da dynastia chinesa, convertido á religião christã, no fim do seculo 17.º, pelo padre Picci, prelado italiano. Foi para a pequena aldeia de Su-ka-wé, propriedade de familia, que Paulo Su se retirou para se dedicar inteiramente á conversão dos seus compatriotas. Na capella do mosteiro mostraram-me um excellente monumento levantado pelos jesuitas á memoria do chinês convertido; á roda d'este tumulo, todo de cantaria, estão agrupadas oito grandes figuras allegoricas, representadas por leões, cavallos e ovelhas.

O collegio de Su-ka-wé não tem dez annos de existencia, e já conta mais de duzentos discipulos chineses, aos quaes se ensina a religião christã, a litteratura chinesa, a pintura, a musica, a esculptura e a lingua franceza. Tive um verdadeiro prazer, quando intereguei muitos d'esses rapazes, que me surprenderam pela sua intelligencia e instrução.

Não posso deixar em silencio a congregação da infancia, fundada ha alguns annos, em Shang-Hai, pelos discipulos de S. Vicente de Paulo; mais de duas mil creanças são todos os annos ali recolhidas pelas diligencias d'esta congregação, d'este numero umas são entregues a familias christãs, que se encarregam do seu sustento e da sua educação mediante uma pequena retribuição mensal, outras ficam na casa central, onde aprendem diferentes officios debaixo da vigilancia de missionarios ou de religiosas dedicadas á protecção das creanças abandonadas.

A sublevação, á frente da qual está um aventureiro, que se intitula Tien-te, imperador, filho do céu, parece ameaçar novamente as provincias do norte do imperio. Senhora da corrente do Yang-tse Kiang (rio Azul), intercepta todas as communicações entre o norte e o meio dia do imperio pelo canal imperial, que de Nankin vae directamente a Pekin, e pôde rapidamente aproximar-se da capital e operar uma poderosa diversion em nosso favor.

A dar-se credito á *Gazeta de Pekin*, folha official do governo chinês, as tropas imperiaes, depois de terem batido os insurgentes em vinte combates, já têm dispersado e quasi aniquilado os rebeldes. Pela sua parte, o falso Tien-te publica todos os dias boletins de triumpho, que affixa em todas as terras por onde passa. Ainda assim, a insurreicção está longe de ser subjugada. Como sabeis, ella nasceu em 1850, na parte meridional a mais remota, a provincia de Kiang-Si, e foi-se desenvolvendo progressivamente no norte, apoderando-se das correntes de agua e das cidades as mais importantes: Cantão, Amoy, Nankin. A 7 de setembro de 1853, a propria cidade de Shang-Hai caiu em poder dos rebeldes, os quaes, senhores da praça, resistiram por mais de um anno a todos os esforços dos mandarins.

Só em dezembro de 1854 é que os insurgidos foram expulsos de Shang-Hai pelo contra-almirante Laguerre, que assim vingou a morte de um marinheiro francez da fragata *Jeane d'Arc*. N'essa epocha, os mandarins dirigiram ao bravo amirante cartas de agradecimento e elogios, exaltando em termos orientaes a gloria do nome francez.

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

INFANTE D. LUIZ NA ESCOLA POLYTECHNICA

	BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	756,12	17,6	58,5	NO.
3 t.	756,09	19,2	44,4	ONO.

DIA 9.

Maxima — temperatura	21,0 C.
Minima	15,4 »
Ozone (de noite)	8,0 »
Ozone (de dia)	9,5 »
Chuva (udometro)	4,7 Mil.
Evaporação (vaporimetro)	4,9 »
Altura barometrica correcta.	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.	

	BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	756,00	18,1	54,9	SO.
3 t.	755,48	20,1	60,4	OSO.

DIA 10.

Maxima — temperatura	20,0 C.
Minima	13,8 »
Ozone (de noite)	9,0 »
Ozone (de dia)	4,5 »
Chuva (udometro)	0,0 Mil.
Evaporação (vaporimetro)	5,6 »
Altura barometrica correcta.	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.	

NOTICIAS COMMERCIAES

AVEIRO

O *Campeão das Provincias* publica o seguinte movimento da caixa economica d'esta cidade com relação ao mez de abril findo:

ENTRADAS	
Depositos recebidos	1:014\$160
Letras idem	307\$260
Juros idem	30\$525
Saldo em caixa no mez de março	1:351\$945
	57\$665
	1:409\$610
SÁIDAS	
Emprestimos	778\$700

Depositos restituídos	71\$120
Juros pagos	\$100
	845\$290
Saldo em caixa no mez de abril	564\$390
	1:409\$610
Valor dos depositos existentes em 30 do referido mez de abril	5:036\$695
Valor em letras existentes no mesmo mez	4:580\$370

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 10 de junho

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Derwent, paquete inglez a vapor, capitão T. M. Grayson, de Londres em 7 dias, com varias fazendas a F. P. Basto; 19 pessoas de tripulação e 2 passageiros. É da força de 70 cavallos.

Julia, rasca, mestre J. C. Sena, da Vieira em 2 dias, com madeira; 9 pessoas de tripulação.

Freek, escuna ingleza, capitão, J. Hodder de New Castle em 16 dias, com carvão e garrafas a F. Martin & Filhos; 7 pessoas de tripulação.

Agua, palhaborne portuguez, capitão M. L. Machado, de Liverpool em 9 dias, com algodão, ferro e mais generos a C. P. Tavares; 9 pessoas de tripulação.

Flor do Dia, hiate portuguez, mestre F. M. Faria, de Aveiro em 4 dias, com madeira; 7 pessoas de tripulação e 1 passageira que é Joanna Soares de Almeida, portugueza.

Marie, patacho norueguez, capitão H. O. Petersen, de Troon em 24 dias e de Limerik em 17, com carvão ao mesmo capitão; 6 pessoas de tripulação. Destina-se para Marselha e vem arribado com agua aberta.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Senhor dos Passos, hiate portuguez, mestre A. Tavares, para Setubal, em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Vencedor, canoa portugueza, mestre F. Maria, para Setubal, com farinha e encomendas; 4 pessoas de tripulação.

Camões, hiate portuguez, mestre A. Cezario, para Villa Nova de Milfontes, com couros e taboado; 6 pessoas de tripulação, e 9 passageiros, que são: Alexandre Salvador, Manuel Lopes Pardoal, Manuel Francisco Nobre, José Branco, Pedro de Oliveira, Joaquim Antonio, José dos Santos, Manuel da Costa Anahá, Malquias José, trabalhadores; portuguezes.

D. Luiz, paquete portuguez a vapor, capitão F. B. Ribeiro, para os portos do Algarve, com cereas e tabaco; 19 pessoas de tripulação, e 23 passageiros.

Ferreira Borges, barca portugueza, capitão J. S. Quaresma, para o Porto, em lastro; 16 pessoas de tripulação.

Tarjão & Filhos, brigue portuguez, capitão A. J. C. Pinheiro, para Pernambuco, com vinho e mais generos; 12 pessoas de tripulação.

Dia 11

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Lisboa, paquete portuguez a vapor, capitão F. A. Contente, do Porto em 15 horas, com fazendas, a G. A. Hancock & C.; 25 pessoas de tripulação, uma mola e 99 passageiros. Entrou hontem ás 11 horas da noite.

Restauração, cahique do arsenal, mestre J. A. Lopes, da Costa da Vieira em 2 dias e meio, com madeira e alcatraz; 7 pessoas de tripulação.

Magdalena, hiate portuguez, mestre A. J. de Aguiar, de Aveiro em 4 dias, com madeira; 6 pessoas de tripulação.

Flor dos Santos, bateira, mestre J. M. Gouveia, de Setubal em 24 horas, com carvão; 6 pessoas de tripulação.

Conceição de Maria, bateira, mestre J. L. Coelho, de Setubal em 2 dias, com carvão; 6 pessoas de tripulação.

Azelia, escuna ingleza, capitão N. Wakeham, de Cardiff em 9 dias, com ferro e carvão, a ordens; 6 pessoas de tripulação.

Maria, barca portugueza, capitão P. A. M. da Silva, do Rio de Janeiro em 60 dias, com café, a P. J. da Silva; 13 pessoas de tripulação.

Salineira de Aveiro, mestre A. Gomes, de Aveiro em 5 dias, com madeira; 11 pessoas de tripulação.

Soberano, brigue portuguez, capitão A. A. de Almeida, arribado por causa do tempo, e com o mastro grande partido, da latitude N. 37º 54' e longitude 12º 16' a O. de Greenwich em 2 dias, trazendo a mesma carga, tripulação e passageiro que tinha levado no dia 6 do corrente com destino para Pernambuco.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Alliança, barca portugueza, capitão A. F. S. Nunes, para o Porto, com couros e mais generos, 16 pessoas de tripulação e 13 passageiros, que são: Domingos José Barbosa, José Bernardino Dias Pereira, negociantes; José Clemente Leão, artista; Antonio Martins de Oliveira, José Domingos, maritimos; Antonio Maria Amaral Ribeiro, com 6 menores, sem emprego; D. Rita Soares Pereira, portugueza. Foi registada hontem e saiu hoje, tendo-se demorado na enseada de Paço de Arcos.

Janota, rasca, mestre J. Gonçalves, para o Porto, com polvora e encomendas; 9 pessoas de tripulação.

Africa, paquete portuguez a vapor, capitão J. F. Caiado, para Loanda, em lastro; 53 pessoas de tripulação e 387 passageiros, entre os quaes vae s. ex.º o governador geral d'aquella provincia.

Alfred, escuna hamburgueza, capitão J. C. Johansen, para S. Petersburgo, com azeite e cortiça; 7 pessoas de tripulação.

Maria Anna, vapor de guerra portuguez.

Amisade, rasca, mestre J. Franco, para a Vieira, em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Lisboa, paquete portuguez a vapor, capitão F. A. Contente, para o Porto, com diversas fazendas; 25 pessoas de tripulação e 102 passageiros.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 11 de junho de 1860. — J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 11 de junho — 3 por cento consolidados a 49—3 dito differido a 39 e 38,95.
Bolsa de Paris, em 11 de junho — 3 por cento francez a 68,40—4 1/2 dito a 96,15.
Bolsa de Londres, em 11 de junho — Consolidados de 93 1/2 a 93 3/8.